

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ANDREA CARNEIRO RAMBO

**O PERFIL DO INVESTIDOR E MELHORES
INVESTIMENTOS: da teoria à prática do mercado
brasileiro**

FLORIANÓPOLIS

2014

ANDREA CARNEIRO RAMBO

**O PERFIL DO INVESTIDOR E MELHORES
INVESTIMENTOS: da teoria à prática do mercado
brasileiro**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Ronivaldo Steingraber

FLORIANÓPOLIS, 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,00 à aluna ANDREA CARNEIRO RAMBO na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Ronivaldo Steingraber (orientador)

Prof. Newton Carneiro Affonso da Costa Júnior

Doutoranda Liana Bohn

Agradeço de maneira especial às pessoas que me apoiaram e me incentivaram nesta longa caminhada, não permitindo que eu desanimasse. Ao meu irmão que esteve ao meu lado sempre que precisei, a minha mãe pelo apoio e incentivo, ao Paulo que me ajudou e apoiou, a toda a minha família pela compreensão e incentivo de todas as formas e aos meus amigos.

Agradeço também ao meu orientador, pelas sugestões prestadas e auxílio no desenvolvimento do estudo.

RESUMO

RAMBO, Andrea Carneiro. O PERFIL DO INVESTIDOR E MELHORES INVESTIMENTOS: da teoria à prática do mercado brasileiro. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas). Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

O presente trabalho tem como objetivo geral apresentar um estudo sobre os perfis dos investimentos e os principais investimentos presentes no mercado, conceituando e mostrando as principais características dos investimentos na teoria e na prática. Muitos decidem investir sem dimensionar os riscos envolvidos e sem saber se eles se encaixam no seu perfil. Este trabalho tem o objetivo de unir os conceitos sobre o perfil do investidor e principais tipos de investimentos (mostrando como investir e as principais taxas). Com isso, o futuro investidor pode tomar suas decisões com mais conhecimento, com menos erros e, conseqüentemente menores perdas. A metodologia aplicada no estudo é basicamente qualitativa, utilizando o método de pesquisa bibliográfica. O perfil normalmente é dividido em conservador, moderado e arrojado. Percebidas as características do investidor, cabe a decisão de escolher os melhores investimentos de acordo com seu perfil. Podem ser de baixo/médio risco: poupança, CDB/RDB, título público, previdência privada, letras de crédito imobiliário e hipotecária, alguns fundos de investimentos e debêntures, ou alto risco: ações e ouro. Alguns fundos também apresentam mais riscos, principalmente os vinculados a ações e multimercado. Na decisão, devem ser levados em consideração os agentes remuneratórios (taxas de juros, índices, indexadores) e custos (impostos, taxas, etc.), para analisar o investimento que trará o melhor custo-benefício, ou seja, o melhor retorno descontando os custos.

Palavras-chave: perfil do investidor, investimentos, perfil do investidor brasileiro

ABSTRACT

RAMBO, Andrea Carneiro. THE PROFILE OF THE INVESTOR AND THE BEST INVESTMENTS: from a theoretic presentation to the practice on the Brazilian market. Academic Paper (undergraduate in Economics). Course of Economics, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

The present article has as its main objective to present a study of the profile of investments and the most current investments in the market, conceptualizing and showing the main characteristics of investments in theory and practice. Many decide to invest without measuring the risks involved in investing and not knowing if they are suitable for their profile. This article aims to unite the concepts about the profile of the investor and the major types of investments (showing how to invest and the main taxes). Thus, the future investor can make more knowledgeable decisions, with fewer mistakes and, therefore, reduced losses. The methodology applied in the study is basically qualitative, using the method of literature research. With this study, it is possible to observe the importance of analyzing the investors profile, in order to make the most appropriate investment for your profile. The profiles are usually divided into conservative, moderate and bold. Knowing the investors characteristics, it is a matter of choosing the best investments, according to your profile. They can be of low/medium risk: savings, CDB/RDB, public security, pension, real estate notes and mortgage and some investment funds and debentures or high risk: stocks and gold. Some funds also present more risks, especially those related to stocks and multimarket. In the decision, the remunerators agents (interest rates, indexes, indexers) and costs (duties, taxes, etc.) must be considered, to analyze the best benefit-cost investment, in other words, the best benefit by discounting the costs.

Key-words: investors profile, investments, Brazilian investors profile

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Composição carteira perfil conservador	19
Gráfico 2 - Composição carteira perfil moderado	20
Gráfico 3 - Composição carteira perfil moderado-agressivo.....	21
Gráfico 4 - Composição carteira perfil agressivo	22
Gráfico 5 - Perfil do Investidor Brasileiro.....	52
Gráfico 6 - Propensão a investir em ações	53
Gráfico 7 - Distribuição das aplicações financeiras dos brasileiros	54
Gráfico 8 - Demais aplicações dos investidores em fundos de investimentos	55
Gráfico 9 - Total aplicações financeiras	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Investimento x rentabilidade, liquidez e segurança.....	33
Tabela 2 - Total de Aplicações financeiras dez/2012 a abril/2014.....	56
Tabela 3 - Rendimentos nominais brutos das principais aplicações financeiras.....	57
Tabela 4 - Rentabilidade dos fundos de investimento - abril 2014.....	58
Tabela 5 - Taxas de juros efetivas.....	59
Tabela 6 - IPA 2014.....	59
Tabela 7 - IPC-DI de janeiro a maio/2014.....	60
Tabela 8 - IGP/FGV de 2014.....	60
Tabela 9 - IPCA de janeiro a maio/2014.....	60
Tabela 10 - Índices Bovespa -Ibovespa e IBX fevereiro a maio/2014.....	60
Tabela 11 - Média taxa de administração dos fundos – abril/2014.....	61
Tabela 12 - Imposto de Renda sobre investimento.....	62
Tabela 13 - IOF.....	62
Tabela 14 - Tabela de corretagem Bovespa.....	62
Tabela 15 - Rendimento poupança – abril a maio 2014.....	64
Tabela 16 - Rendimentos BB CDB DI e CDB DI Parceria.....	65
Tabela 17 - Ranking dos melhores fundos de 2013 de renda Fixa.....	72
Tabela 18 - Ranking dos melhores fundos de 2013 -fundos DI e curto prazo.....	73
Tabela 19 - Ranking 2013 dos melhores fundos multimercado.....	73
Tabela 20- Ranking dos melhores fundos de 2013 de ações indexado.....	74
Tabela 21 - Ranking dos melhores fundos de 2013 de ações ativo.....	74
Tabela22 - Comparação investimento renda fixa - R\$ 500,00.....	75
Tabela23 - Comparação investimento renda fixa - R\$ 1.000,00.....	76
Tabela 24 - Comparação investimento renda fixa - R\$ 10.000,00.....	76

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 TEMA E PROBLEMA DO ESTUDO	12
1.1.1 Tema	12
1.1.2 Problema	12
1.2 OBJETIVOS	12
1.2.1 Objetivo Geral	12
1.2.2 Objetivos Específicos	12
1.3 JUSTIFICATIVA	13
1.4 METODOLOGIA.....	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1 PERFIL DO INVESTIDOR	15
2.1.1 Perfil do investidor	15
2.1.2 Interpretação de alguns itens do questionário	16
2.1.3 Tipos de perfil do investidor	18
2.1.3.1 Perfil conservador.....	18
2.1.3.2 Perfil Moderado.....	19
2.1.3.3 Perfil Arrojado.....	20
2.1.3.3.1 Perfil moderado-agressivo/arrojado	20
2.1.3.3.2 Perfil Agressivo ou Arrojado.....	21
2.1.4 Risco e retorno	22
2.1.4.1 Risco.....	23
2.1.4.2 Retorno	24
2.1.5 Fatores psicológicos na tomada de decisão	24

2.2 O MERCADO FINANCEIRO E PRINCIPAIS TIPOS DE INVESTIMENTO	27
2.2.1 Taxas de juros, índices e indexadores do mercado financeiro	28
2.2.1.1 Taxa de juros	28
2.2.1.1.1 Taxa Selic e Cetip	28
2.2.1.1.2 Taxa Referencial de Juros – TR	29
2.2.1.1.3 Taxa Básica Financeira- TBF	30
2.2.1.1.4 Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP	30
2.2.1.1.5 Taxa DI	31
2.2.1.2 Índices e indexadores	31
2.2.2 Principais tipos de investimento	33
2.2.2.1 Título de capitalização	34
2.2.2.2 Caderneta de poupança	34
2.2.2.3 Certificado de depósito bancário (CDB) e Recibo de depósito bancário (RDB) ..	35
2.2.2.4 Certificado de depósito interbancário (CDI)	36
2.2.2.5 Títulos Públicos	36
2.2.2.6 Previdência Privada	38
2.2.2.7 LCI – Letras de crédito imobiliário	40
2.2.2.8 Letras Hipotecárias	41
2.2.2.9 Debêntures	41
2.2.2.10 Ouro	42
2.2.2.11 Ações	43
2.2.2.12 Fundos de Investimentos	46
3. ANÁLISE DE MERCADO – PERFIL DO INVESTIDOR BRASILEIRO, DADOS SOBRE OS INVESTIMENTOS	51
3.1 PERFIL DO INVESTIDOR BRASILEIRO	51

3.2 PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DO BRASILEIRO.....	53
3.3 MONTANTES E RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	55
3.4 TAXAS DE JUROS	58
3.5 CUSTOS DOS INVESTIMENTOS	61
3.6 DADOS SOBRE PRINCIPAIS INVESTIMENTOS, POSIÇÃO 2014 (COMO INVESTIR, TAXAS, RENDIMENTOS, PRAZOS)	63
3.6.1 Título de capitalização.....	63
3.6.2 Caderneta de poupança	64
3.6.3 Certificado de depósito bancário (CDB) e Recibo de depósito bancário (RDB)	64
3.6.4 Títulos Públicos - Tesouro Direto	66
3.6.5 Previdência Privada	67
3.6.6 LCI – Letras de crédito imobiliário	68
3.6.7 Letras Hipotecárias	68
3.6.8 Debêntures.....	69
3.6.9 Ouro	69
3.6.10 Ações	70
3.6.11 Fundos de Investimentos.....	71
3.7 COMPARAÇÃO DE RENDIMENTOS RENDA FIXA.....	74
4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO	77
4.1 CONCLUSÃO.....	77
4.2 RECOMENDAÇÃO.....	79
REFERÊNCIAS	80
ANEXO I.....	85

1 INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta uma população de aproximadamente 201 milhões de habitantes (IBGE, 2013), sendo o quinto país em maior número de habitantes. Desses, uma parcela da população apresenta grande disponibilidade de recursos financeiros, outra de média, baixa ou nula disponibilidade de recursos, onde muitos vivem à margem da pobreza, sem acesso a sequer saneamento básico e moradias dignas. Outros trabalham para sustentar a família e pagar suas despesas, restando pouco ou nada do rendimento no final de cada mês para poupar ou consumir. Independente da classe financeira, as pessoas visam um maior rendimento ou, no mínimo, rendimento suficiente para pagar suas despesas e ter sobra de dinheiro para atividades de lazer ou qualquer outra coisa que a satisfaça de alguma forma.

Para os que conseguem pagar suas despesas e, de alguma forma, conseguem fazer com que sobre algum dinheiro no final de cada mês e pensem em poupá-lo, resta a dúvida de como gastar ou de como aplicar este dinheiro para ter o melhor retorno possível.

Apesar de existirem investimentos que geram um melhor retorno, nem sempre esse retorno é desprezado de perdas. Normalmente os investimentos com maiores retornos financeiros vêm acompanhados de maiores riscos de perdas. Em contrapartida, o baixo risco costuma acompanhar menores lucros.

Para tal, conhecer os tipos de investimentos existentes no mercado financeiro, entre eles aplicação em poupança, CDBs, Tesouro Direto, fundos de investimentos, debêntures, ações, etc., sabendo as taxas de retorno, prazos mínimos e máximos, valor mínimo, impostos sobre rendimentos, entre outros, é imprescindível para se começar a aplicar seus recursos. Além de saber os tipos de investimentos, é importante que o futuro investidor saiba identificar seu perfil, que pode ser comumente distinguido entre arrojado, moderado ou conservador. Identificando seu tipo de perfil e os melhores investimentos a serem feitos, o investidor fica mais capacitado a poupar da maneira mais adequada, com rendimentos e riscos esperados e sem perdas imprevistas.

Este trabalho tem o objetivo de dar um panorama geral sobre o mercado financeiro, identificando os principais tipos de investimentos existentes nesse mercado, conceituando além dos investimentos, as principais taxas, índices e indexadores dos rendimentos; apresentar os perfis dos investidores e quais os investimentos mais indicados para esses perfis. Posteriormente, visa apresentar informações sobre o mercado financeiro brasileiro, quanto ao perfil do investidor brasileiro, os investimentos preferidos pelos brasileiros e as principais

características dos investimentos do Brasil, como impostos e taxas cobradas, como investir, onde investir e valores das principais taxas.

Através deste trabalho, será possível dar uma noção sobre os melhores investimentos para cada perfil e como poupar ou se tornar um poupador da maneira mais adequada e consciente, sem arriscar-se indevidamente.

1.1 TEMA E PROBLEMA DO ESTUDO

1.1.1 Tema

Identificar o perfil de investidor e ter conhecimento sobre os principais investimentos disponíveis de acordo com cada perfil.

1.1.2 Problema

Quais os perfis dos investidores e principais tipos de investimentos existentes no mercado financeiro brasileiro?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo principal desta pesquisa é conceituar os perfis dos investidores (conservador, moderado e arrojado) e os principais investimentos disponíveis para cada perfil, para uma melhor aplicação dos recursos financeiros.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Conceituar os perfis dos investidores;
- Apresentar os principais tipos de investimentos;
- Apresentar o cenário brasileiro, como perfil dos investidores brasileiros e principais investimentos;
- Apresentar as principais características dos investimentos, como onde investir, as principais taxas e índices atualizados e como investir.

1.3 JUSTIFICATIVA

O tema mercado financeiro apresenta muito material disponível, tanto em bibliografias digitais quanto em livros, vídeos, etc. Estes materiais normalmente destacam os tipos de investimentos, quais os principais investimentos para determinados perfis, como investir, entre outros.

Apesar de elevada oferta de material disponível, a importância do tema está em reunir num único material informações sobre o mercado financeiro, sobre os investimentos existentes no mercado, os perfis dos investidores. Permitirá ao leitor aprofundar-se mais no assunto sobre o perfil de investidor e quais os investimentos mais apropriados para o seu perfil, sabendo que mesmo com pouco recurso financeiro é possível obter rendimentos através da aplicação correta.

Este trabalho é destinado a um público interessado em investimentos e com pouco conhecimento neste tipo de assunto, dando um panorama geral sobre investimentos e fontes para estudos mais aprofundados. Além disso, visa a destacar os melhores tipos de investimentos e formas de investir para cada perfil.

1.4 METODOLOGIA

O objetivo da ciência é encontrar a verdade dos fatos. O método científico é forma de descrição dos procedimentos técnicos e intelectuais utilizados que, por sua vez, tem a finalidade de garantir sua verificação para que seja considerado como ciência (GIL, 1999).

Este trabalho terá como principal fonte de pesquisa materiais impressos, como livros sobre o tema e materiais contidos em sites de economia, principalmente da BM&FBOVESPA e outros que tratem do assunto. A principal forma de coleta de dados e levantamento das informações será pelo processo de pesquisa bibliográfica.

Na Pesquisa Bibliográfica é onde será apresentado o referencial teórico sobre o tema em questão. É nele que será fundamentado o estudo. Consiste em levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações sobre o assunto (Souza, et. al., 2011). Na visão de Mattar (2000), trata-se de uma das formas mais rápidas de aprofundar um problema de pesquisa, portanto, nota-se que sua contribuição neste estudo relaciona-se ao embasamento teórico que revelará ideias que permeiam desde a importância da educação ambiental, a Responsabilidade Social corporativa e seu papel na sociedade atual até mesmo quanto ao

desenvolvimento de uma nova cultura sustentável como estratégia de negócios focada na realidade brasileira.

Além da pesquisa bibliográfica será utilizada a pesquisa descritiva, ou seja, caso em que são observados, registrados, analisados e interpretados fatos e informações sem que se interfira nos resultados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PERFIL DO INVESTIDOR

2.1.1 Perfil do investidor

Hoje em dia, para se aplicar os recursos financeiros seguramente é de fundamental importância que o investidor conheça o seu perfil, principalmente para identificar os tipos de riscos que se está disposto a correr, o quanto está disposto a perder em algum investimento e qual o retorno almejado. Com essa análise é possível encontrar os melhores investimentos para não gerar frustrações futuras com uma aplicação inadequada ao perfil. Diante disso, é sugerido ao futuro investidor que faça um teste para identificar seu perfil e os melhores investimentos para ele.

Esse teste consiste em responder a um questionário elaborado pelas instituições financeiras do varejo intitulado de API (Análise de Perfil do Investidor), a fim de conciliar os investimentos feitos no varejo a expectativas e momentos de cada um (COMO INVESTIR, 2014a). É uma ferramenta para identificar o perfil do investidor, auxiliando-o na escolha de produtos próximos aos seus objetivos, tolerância a risco e expectativas de investimento (BANCO DO BRASIL, 2014). A Anbima (2014), em seu guia de melhores práticas, afirma que para a definição do perfil, deverão ser abordados alguns aspectos como: experiência em relação a investimentos, horizonte de tempo, objetivos de investimentos, tolerância ao risco.

Os questionários são gerados a partir desses aspectos básicos, que ao serem aplicados aos futuros investidores, exigirão reflexões que envolvem algumas perguntas como: idade, grau de escolaridade, quanto possui disponível para investir, quanto compromete do seu salário com despesas mensais, quais experiências anteriores com investimentos, prazo que pretende ficar no investimento, o que pretende fazer com o dinheiro, se está preparado para perder parte de seu investimento e se costuma se informar sobre o mercado financeiro (COMO INVESTIR, 2014a). Um modelo de questionário apresentado pelo Banco do Brasil (2007) pode ser encontrado no anexo I desse trabalho.

Mundialmente, essa análise apresenta a denominação de *Suitability*, que significa adequação. No Brasil foi estabelecido pelo Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento em 2010, criado para que as Instituições Financeiras adotem práticas de avaliação de perfil de risco, com o objetivo de verificar a adequação dos produtos de investimento ao perfil do investidor. (BRADESCO, 2014)

Após a análise do perfil (API), o futuro investidor encontrará o resultado apontando o seu perfil e, normalmente, os investimentos que serão adequados àquele perfil. A maioria das instituições financeiras aplica esse questionário aos seus correntistas, que acaba servindo como base para ofertar investimentos adequados ao aplicador.

2.1.2 Interpretação de alguns itens do questionário

De acordo com o site Como Investir (2014a), alguns itens que compõem o questionário, como idade, valor disponível para investimento, horizonte e objetivos, tolerância ao risco e conhecimento prévio podem ser interpretados da seguinte forma:

a) Idade

A idade é um dos fatores observados para identificar o perfil do investidor. É por ela que se pode ter noção do prazo para investimentos, se terá tempo para maturar os investimentos e assim por diante.

Normalmente as pessoas mais jovens estão mais dispostas a correr riscos, principalmente por terem um longo prazo para serem beneficiadas pela maturação dos seus investimentos ou recuperar alguma perda. Já as pessoas mais velhas costumam buscar segurança para o patrimônio que acumularam na vida. Nesse caso procurarão investimentos com menor risco (COMO INVESTIR, 2014a).

Isso, entretanto, não significa dizer que alguém mais novo não pode ter preferência por investimento sem risco ou um mais velho um com mais risco. Tudo dependerá de outros fatores além de idade e dos objetivos de vida.

b) valor disponível para investir em relação ao patrimônio

Este fator é importante tendo em vista a possibilidade de perda de todo o patrimônio do investidor. Se a pessoa aplicar tudo o que tiver disponível do patrimônio, caso aplique tudo em um investimento arriscado, corre o risco de perder boa parte do dinheiro caso aconteça algo inesperado no mercado. Nesse caso, o essencial é investir em algo com risco baixo. Já se o investidor for aplicar apenas um percentual do seu patrimônio, 30% por exemplo, pode aplicar em algo mais arriscado, tendo em vista que, mesmo com oscilações e

consequentemente perda de recursos, o patrimônio não ficará totalmente comprometido (COMO INVESTIR, 2014a).

c) horizonte e objetivos de investimento

Algumas perguntas do API visam entender o que o investidor espera dos seus investimentos. Preservar o patrimônio, se está buscando rentabilidade elevada de longo prazo mesmo com alguns riscos, se deseja completar sua renda com as aplicações, se deseja manter o investimento por diversos anos ou poucos meses, entre outros (COMO INVESTIR, 2014a). Respondendo a essas perguntas, o investidor conseguirá encontrar os melhores investimentos. Se, por exemplo, deseja-se preservar o patrimônio, cabem aplicações mais estáveis, como ativos de renda fixa. Para obter maiores rentabilidades com disponibilidade para riscos, pode-se aplicar em renda variável, que geram maiores retornos mas também maiores riscos. Investimentos que possuem carência ou tributação regressiva não são indicados para quem deseja resgatar os recursos em curto prazo.

d) conhecimento prévio

Ter conhecimento sobre o que se está investindo é fundamental para obter o resultado que se espera, ou ao menos estar preparado para ele. Investir em novas aplicações desconhecidas pode ser prejudicial, tendo em vista a falta de conhecimento sobre prazos, taxas, carências, impostos, etc.

Para aplicar em ações, por exemplo, é imprescindível conhecer o mercado de capitais, acompanhar as notícias do mercado para optar pelos melhores títulos. Caso a pessoa não tenha tempo ou disposição para esse tipo de atividade, esse passa a não ser um bom investimento.

e) tolerância ao risco

Saber se a pessoa está ou não disposta a correr risco é o fator principal para a decisão sobre o investimento.

Em geral, quanto maior é o risco, maior costuma ser o retorno. Se alguém é avesso ao risco, aplicar em títulos que, apesar da possibilidade de bom retorno tragam mais incertezas quanto ao ganho ou perda, é um erro.

Os questionários costumam fazer perguntas sobre propensão a correr risco e reação ao perder o dinheiro aplicado. Através dos resultados é possível identificar se o investidor pode aplicar em determinados produtos mais incertos ou não. Diante disso, é de suma importância o investidor perceber seu nível de tolerância aos riscos do mercado financeiro (COMO INVESTIR, 2014a).

2.1.3 Tipos de perfil do investidor

O perfil do investidor normalmente é dividido em conservador, moderado e arrojado, sendo o último algumas vezes dividido em arrojado e agressivo. Alguns autores diferenciam denominações ou acrescentam alguns perfis além desses. Entretanto, todos destacam que existem perfis mais dispostos a correr riscos, perfis que estariam mais ou menos dispostos ao risco, e os avessos a esse risco.

A seguir estão listados os principais perfis. O perfil arrojado foi dividido em dois outros perfis conforme definições diferentes dos autores.

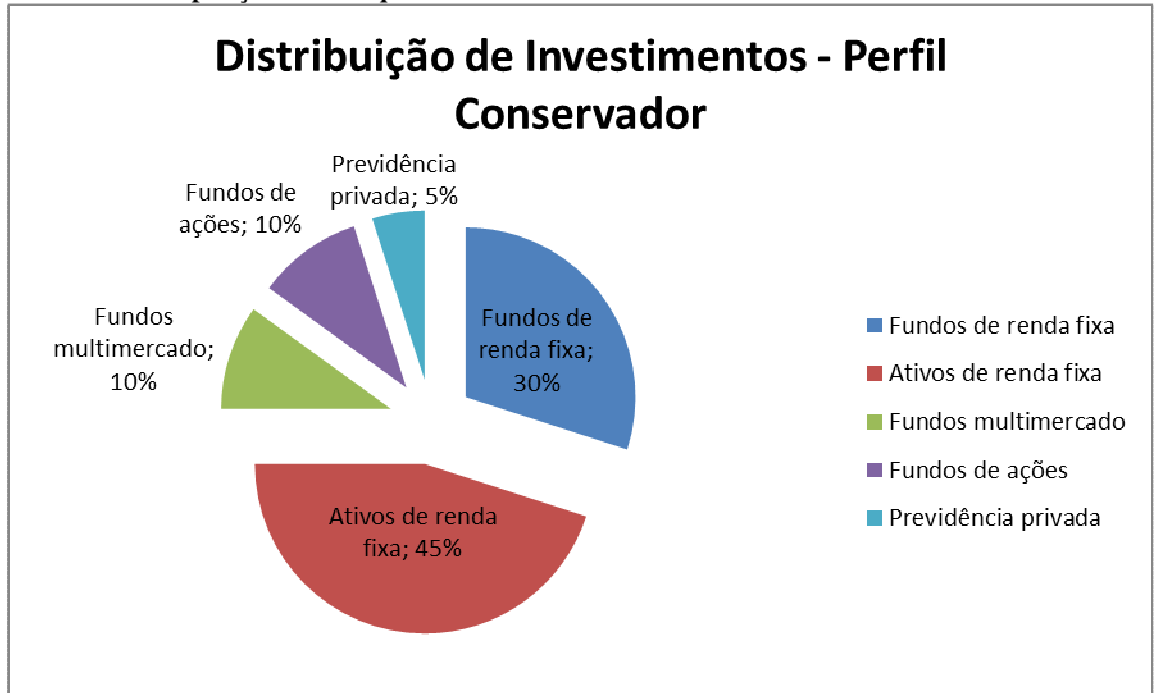
2.1.3.1 Perfil conservador

O investidor com o perfil conservador procura a segurança como decisão das aplicações a serem realizadas. Buscam a preservação do capital e possuem baixa tolerância ao risco. De acordo com análise do Banco Santander (2014), nesse perfil podem ser encontrados aqueles dispostos a correr mais riscos para obter rendimentos diferenciados, mas que têm necessidade de sacar seus recursos em um período curto de tempo. De acordo com avaliação da CEF - Caixa Econômica Federal (2014), esse perfil sente-se confortável ao saber que, no final de cada mês, encontrará seu dinheiro seguro e que sua tranquilidade estará garantida, mesmo com notícias negativas sobre o mercado.

Nesse caso, é importante manter um percentual maior da carteira de investimentos em produtos de baixo risco. Esse perfil permite que se invista uma pequena parcela em produtos que ofereçam níveis de riscos diferenciados, a fim de atingir ganhos melhores no longo prazo (Banco do Brasil, 2014). De acordo com XPI (2014), busca preservar seu patrimônio através de investimentos sólidos e que dão retorno em longo prazo. Para CEF (2014), os investimentos apropriados para esse perfil são os classificados como risco muito baixo, baixo ou médio com pouca chance de perda. Nesse âmbito, encontram-se investimentos em poupança, CDB, LCI ou títulos públicos, fundos de renda fixa, referenciados ou de curto

prazo. Para XPI (2014), a carteira de um investidor conservador deve ser composta de: 30% em fundos de renda fixa, 45% em ativos de renda fixa, 10% em fundos multimercado, 10% em fundos de ações e 5% em previdência privada, conforme o gráfico 1 apresentado a seguir.

Gráfico 1 - Composição carteira perfil conservador



Fonte: XPI, 2014, adaptado pelo autor

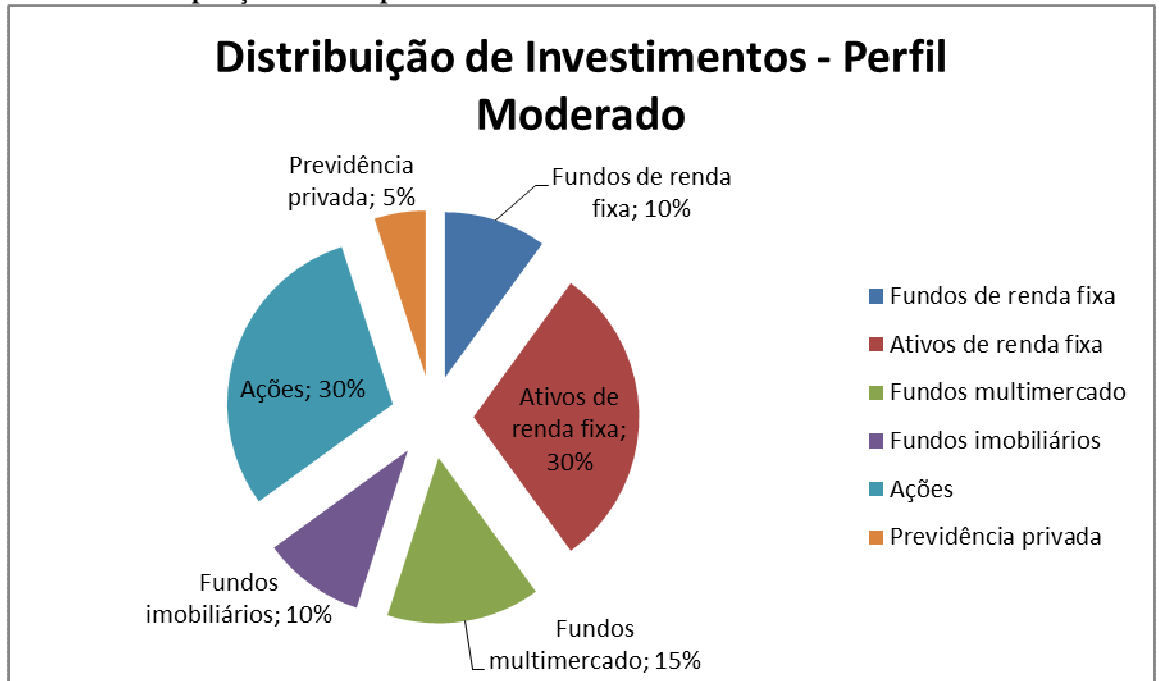
2.1.3.2 Perfil Moderado

No perfil moderado, o investidor prioriza a segurança nos investimentos, mas também está aberto a investir em produtos um pouco mais arriscados que possam gerar melhores retornos a médio e longo prazo (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2014). Aceitam assumir baixo risco. Por apresentarem baixa necessidade de liquidez no curto prazo, há possibilidade de diversificar as aplicações em alternativas mais arrojadas, não diretamente no mercado de ações (SANTANDER, 2014). O Banco do Brasil (2014) sugere que entre os investimentos um pouco mais arrojados, estejam os em renda variável e afirma que nesse perfil, diversificar os recursos é a melhor estratégia de investimentos.

A Caixa Econômica Federal (2014) indica investimento em ativos de risco muito baixo, baixo e médio, como: poupança, CDB, LCI e alguns fundos. E parte pode ser aplicada em investimentos moderados. Já a XPI (2014) sugere uma composição de carteira seguida por 10% em fundos de renda fixa, 30% em ativos de renda fixa, 15% em fundos multimercado,

10% em fundos imobiliários, 30% em ações e 5% em previdência privada, conforme mostra o gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2 - Composição carteira perfil moderado



Fonte: XPI, 2014, adaptado pelo autor

2.1.3.3 Perfil Arrojado

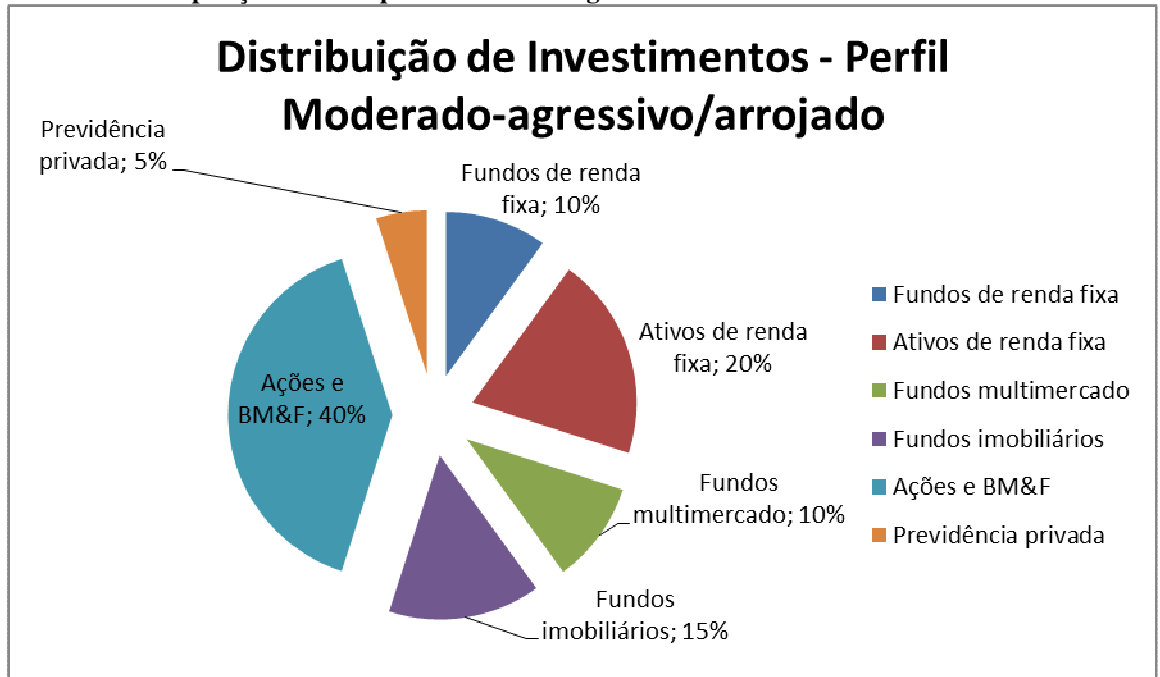
Esse perfil apresenta definições variáveis, sendo algumas vezes apresentado somente como arrojado, ou sendo dividido em arrojado e agressivo, ou moderado-agressivo e agressivo.

2.1.3.3.1 Perfil moderado-agressivo/arrojado

O investidor com o perfil arrojado procura maiores ganhos e está disposto a correr mais riscos. Segundo análise da Caixa Econômica Federal (2014), conhece o mercado e as opções de investimentos que existem, está sempre em busca de novas alternativas de investimentos e pensa no futuro. Gosta de desafios e busca investimentos de médios e longos prazos. Para XPI (2014), ele tem ciência que pode perder parte ou totalidade dos recursos aplicados, mas prefere manter o investimento a fim de obter ganhos maiores no mercado. Busca ganhos em médio prazo. Para XPI, a carteira pode ser composta em 10% em fundos de renda fixa, 20% em ativos de renda fixa, 10% em fundos multimercado, 15% em fundos

imobiliários, 40% em ações e BM&F, 5% em previdência privada, conforme o gráfico 3 demonstra a seguir.

Gráfico 3 - Composição carteira perfil moderado-agressivo



Fonte: XPI, 2014, adaptado pelo autor

2.1.3.3.2 Perfil Agressivo ou Arrojado

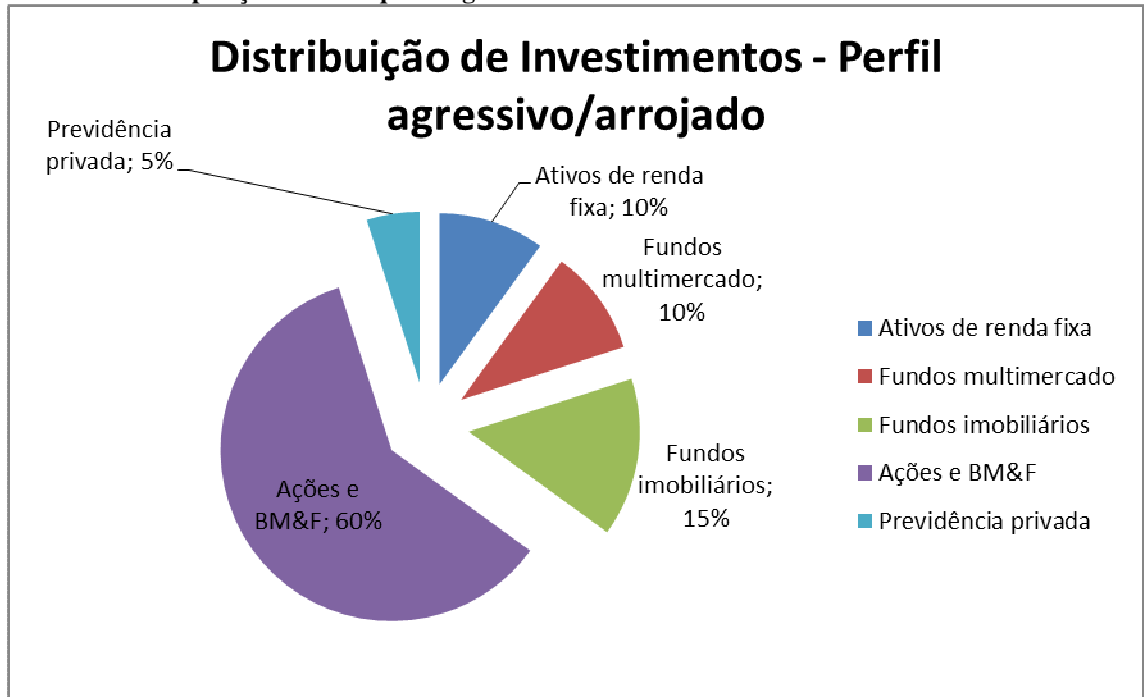
De acordo com Santander (2014), é um perfil que tem alta tolerância a riscos e baixa ou nenhuma intenção de liquidez no curto e médio prazo. Está disposto a aceitar as oscilações dos mercados de risco e possíveis perdas na busca do retorno diferenciado no longo prazo. Para o banco, os melhores investimentos são em maior parcela em fundos multimercado e ações. Mesmo assim, investir algum recurso em aplicações conservadoras é sempre recomendado. O Banco do Brasil (2014) defende o mesmo, ou seja, aplicar uma parcela em produtos de baixo risco, a fim de manter o patrimônio.

Segundo a Caixa Econômica Federal (2014), esse perfil não tem medo de correr risco para conseguir a máxima rentabilidade, investindo parte significativa de seus recursos em aplicações que oscilam muito e menor parcela em aplicações seguras. Consegue sentir-se confortável em flutuações do mercado e percebe compensações no futuro.

Para XPI (2014), o perfil agressivo tem total conhecimento do mercado de capitais e busca retornos expressivos a qualquer risco. A composição de carteira sugerida é 10% em

ativos de renda fixa, 15% em fundos imobiliários, 10% em fundos multimercado, 60% em ações e BM&F e 5% em previdência privada, conforme gráfico 4 a seguir.

Gráfico 4 - Composição carteira perfil agressivo



Fonte: XPI, 2014, adaptado pelo autor

2.1.4 Risco e retorno

Ao se aplicar em qualquer tipo de investimento, espera-se que o valor aplicado dê um retorno ao final do período superior ao valor investimento. De maneira geral, os investimentos que envolvem mais risco costumam dar maior retorno e vice-versa, quanto menor o risco, menor é o rendimento.

Por esse motivo é importante que, na tomada de decisão para aplicar os recursos, se conheça o risco e retorno dos investimentos e haja uma reflexão do que se deseja ganhar e o risco disposto a correr para obter o que se deseja. Para tal, inicialmente é necessário conhecer o perfil do investidor e o que vem a ser risco e retorno.

2.1.4.1 Risco

A definição de risco está relacionada à incerteza do que pode acontecer no futuro. Qualquer processo de escolha importante, em qualquer âmbito da vida (profissional, pessoal, financeira, etc.) envolve a incerteza e, conseqüentemente, exige a necessidade de administrar riscos. (HALPERN, 2003 p. 56). Assaf Neto (2003) completa afirmando que “o conceito de risco pode ser entendido de diversas maneiras, dependendo do contexto da pessoa que o está avaliando”. Ou seja, mesmo que não se saiba o que vem a ser risco, a vida envolve tomar decisões sem haver conhecimento do futuro, que é incerto, tendo o risco de não chegar ao resultado esperado e enfrentar as conseqüências.

Na tomada de decisão financeira, considerando que o ambiente é incerto quanto aos seus resultados e existe uma expectativa futura, é fundamental levar em consideração a incerteza na decisão. “Toda vez que a incerteza associada à verificação de determinado evento possa ser quantificada por meio de distribuição de probabilidade dos diversos resultados previstos” significa dizer que a decisão está sendo tomada sob uma situação de risco. (ASSAF NETO, p. 283). Sendo que o risco é a probabilidade de ocorrência de determinado resultado em relação ao valor médio esperado (ASSAF NETO, 2013, p. 283). “Fundamentalmente, o risco pode ser definido como a possibilidade de perda financeira” (GITMAN 2004, p.184).

Para Halpern (2003 p.60), qualquer tipo de investimento corre risco, mesmo os mais conservadores. Isso porque existem variáveis que podem interferir no resultado, seja por uma crise, oscilação de taxas de juros, alteração de política, etc. A maioria dos riscos pode ser administrado, mas não eliminado.

De acordo com Halpern (2003, p. 60), os investimentos envolvem algumas formas de riscos, que devem ser analisados na tomada de decisão do investimento, sendo eles: risco de crédito (possibilidade de não recebimento do valor investido); risco de rentabilidade (flutuação do valor investido); risco de liquidez (possibilidade e condições de resgate ou venda). Segundo o autor, esse último risco é o que deve ser levado mais em consideração, tendo em vista que a liquidez pode afetar o risco dos investimentos. Para Halpern (2003, p. 61), a classificação dos investimentos partindo do grau de menor liquidez para maior liquidez pode ser apresentada da seguinte forma: empresa própria, propriedade rural, casa, terreno urbano, apartamento, imóveis comerciais, debêntures, títulos bancários, ações 2ª linha, ouro, ações 1ª linha, cotas de fundos, caderneta de poupança e dinheiro.

Segundo Assaf Neto (2003, p. 287), o risco total de qualquer ativo é definido por uma parte sistemática (risco sistemático ou conjuntural) e não sistemática (risco específico ou

próprio do ativo), ou seja, a soma dos riscos sistemáticos e não sistemáticos. Para o autor, o risco sistemático faz parte de todos os ativos negociados do mercado, sendo determinado por eventos de natureza social, política e econômica. Cada ativo comporta-se de maneira diferente diante de uma situação conjuntural e não pode ser evitado, sendo interessante diversificar a carteira de ativos para reduzir esse risco.

Já o risco não sistemático definido por Assaf Neto (2003, p. 288) é percebido nas características do próprio ativo, não sendo transferido para os demais ativos da carteira. É um risco próprio de cada investimento realizado e para eliminá-lo é importante incluir na carteira ativos que não tenham correlação positiva entre si. Um exemplo é a composição de uma carteira contendo títulos de renda fixa e de renda variável, que reagirão de maneira diferente frente a uma elevação de juros por exemplo.

2.1.4.2 Retorno

O Retorno de um investimento é o que se obtém depois de determinado período. De acordo com Gitman (2004, p.184) retorno é “o ganho ou a perda total sofridos por um investimento em certo período”. Gitman (2004, p.186) define também que “os retornos de investimentos variam no tempo e entre tipos distintos de investimentos. Calculando as médias de retornos históricos em períodos longos, é possível eliminar o impacto do risco de mercado e de outros tipos de riscos”.

Apesar de diversos autores afirmarem que para se obter um retorno maior deve-se aplicar em investimentos que tenham maior risco, o autor Halpern (2003, p. 62) faz um alerta sobre a troca de um investimento seguro para um mais arriscado, afirmando que se a “expectativa de retorno compensar o aumento no risco e/ou a diminuição na liquidez está incorrendo” vale a pena fazer a troca, caso contrário é melhor manter o investimento seguro. Isso porque nem sempre um investimento arriscado dará o retorno esperado, podendo inclusive gerar perdas. Como exemplo o autor compara a criação de um negócio com a poupança. A abertura de um negócio é muito mais arriscado, mas não necessariamente dará certo e gerará bons resultados. Nesse caso a poupança seria mais rentável.

2.1.5 Fatores psicológicos na tomada de decisão

Ao se tomar decisões sobre os investimentos, diversos fatores psicológicos influenciam nessas decisões. O investidor age não só de maneira racional, mas também de

maneira irracional, isto é, baseado em suas emoções. Fatores como risco, expectativas de rendimentos, experiências anteriores, medo, ansiedade ou mesmo a “ganância” são fatores que envolvem a emoção e interferem na decisão de investir.

Em relação ao risco, de acordo com Assaf Neto (2003, p. 291), a postura de um investidor é pessoal, não existindo uma resposta única para todas as situações. De acordo com o autor, diante de incertezas deve ser expressa a preferência do investidor em relação ao conflito risco/retorno que faz parte a toda alternativa financeira na decisão dos investimentos. Essa teoria de preferência tem como finalidade revelar como o investidor se posiciona diante do investimento que mostra diferentes combinações de risco e retorno, esperando-se que o investidor implicitamente tenha como objetivo maximizar sua utilidade (satisfação) esperada.

“Todo investidor, a partir da comparação racional que pode promover entre as utilidades das alternativas financeiras disponíveis, é capaz de construir uma escala de preferências, conceito essencial de sua decisão em condições de risco” (ASSAF NETO, 2003 p. 291). Diante das possibilidades de investimento, o investidor escolhe na escala de preferências qual aplicação mais lhe satisfaz e se ela corresponde a suas expectativas de risco e retorno.

Segundo Peterson (2008, p. 29), “o modo como cada indivíduo lida com a mudança de suas condições financeiras depende da maneira como cria um significado pessoal para perdas e ganhos”. Se a pessoa sente-se forte ou fraca, isso vem mais de suas crenças e expectativas do que da realidade física. Segundo o autor, personalidade, adversidades, experiências, condições de vida, cultura, ambiente, etc. são fatores que influenciam na interpretação dos fatos.

De acordo com Peterson (2008, p. 29), diante de oportunidades ou ameaças as emoções indicam se deve seguir em frente assumindo os riscos (excitação) ou ter cautela (preocupação) ou parar e retroceder (medo). Se uma ameaça torna-se realidade, como forma de reação pode-se entrar em pânico, fugir ou combater (lutar). O autor afirma que a distinção entre emoções antecipatórias ou reativas é muito importante nos investimentos. Os investidores amadores costumam comprar ações baseados em suas expectativas de preços favoráveis. Emoções antecipatórias positivas tendem a enviesar as expectativas dos investidores e acabam diminuindo sua percepção do risco. Diante disso, investidores vendem ações em reações a eventos (vendas reativas), seja por lucros maiores ou alguma notícia negativa, o que acontece como um resultado das emoções dos investidores e não como uma resposta ao planejamento racional (Peterson, 2008, p. 30).

Ferreira (2011, p. 10), define que a emoção é “o impulso, é parente próxima de instinto, é o que nos impele a buscar satisfação e agir nesse sentido” e que domina a mente dos humanos e influencia a forma de pensar dos investidores.

De acordo com o site Como Investir (2014b), os investidores são racionais mas também irracionais, uma vez que são influenciados por emoções e motivações inconscientes como medo de perder, vontade de ganhar ou pertencer a um grupo. Esses fatores emocionais acabam comprometendo a capacidade de avaliação das situações com objetividade.

Além disso, o Como Investir (2014b) destaca que o cérebro tende a procurar atalhos ao tomar decisões, procurando caminhos menos complicados como forma de lidar com o excesso de informação disponível, o que pode gerar armadilhas nas aplicações.

O site destaca **algumas tendências** de comportamento relacionadas ao dinheiro como:

- acreditar em padrões e tendências: costuma-se acreditar que o que aconteceu no passado tende a se repetir no futuro, isso por existências de padrões e tendências que se repetem no decorrer do tempo e desenvolvimento da espécie humana. Entretanto, nos investimentos, os ganhos passados não garantem ganhos futuros em uma aplicação, já que não existe uma repetição de acontecimentos.

- excesso de otimismo: tende-se a focar nas possibilidades de ganho sem dar atenção aos riscos que decorrem desse ganho. Para tal, é necessário observar e analisar os riscos consequentes de um retorno alto;

- excesso de autoconfiança: as pessoas tendem a achar que suas decisões estão corretas e são as mais adequadas, uma vez que gostam de si mesmas e se valorizam. Nos investimentos, um excesso de crença na habilidade que se tem em obter resultados acima da média e que as informações que se tem são mais confiáveis que as demais, pode ser prejudicial para os investimentos. É importante estar aberto e basear decisões em fatos objetivos e não em sua própria opinião;

- dificuldade de pensar no longo prazo: as pessoas têm um “filtro” inconsciente que as leva a preferir o que as agrada e o que ocorre no curto prazo. Nos investimentos existe a tendência a buscar retorno rápido, deixando de se atentar a fatos que desagradam ou vão contra os desejos e expectativas. É preciso ter objetividade e paciência para aguardar os retornos no longo prazo;

- acreditar em histórias bem contadas: uma boa história (aquela que seduz o investidor, apelando normalmente para suas emoções) não deve interferir na capacidade de compreender os riscos do negócio e de analisar os perigos de fraude. Um bom vendedor deve apresentar,

além da história, informações concretas, números e evidências para comprovar as chances de sucesso do investimento.

- querer seguir os demais: as pessoas têm necessidade de agir conforme o grupo, simplificando suas decisões, acreditando que se o grupo está fazendo algo deve existir alguma razão. Nos investimentos deve-se fazer sua própria avaliação sobre a segurança do investimento e o potencial, sem achar que se outro está investindo é porque vale a pena.

- apego ao que é familiar: tende-se a preferir investimentos sobre os quais já se ouviu falar, por ser familiar. Ser conhecido não é sinal de garantia. É preciso investigar antes de tomar uma decisão.

2.2 O MERCADO FINANCEIRO E PRINCIPAIS TIPOS DE INVESTIMENTO

No mercado financeiro são encontrados diversos investimentos financeiros, com rendimentos e riscos diferentes, que podem ser escolhidos de acordo com o objetivo, perfil do investidor e disponibilidade de recursos para aplicar.

De acordo com BM&FBOVESPA (2013), os recursos necessários para uma aplicação provêm da parcela não consumida da renda de qualquer pessoa, à qual se dá o nome de poupança, sendo que qualquer um que tem uma poupança ou uma disponibilidade financeira pode efetuar um investimento, visando obter:

- a) reserva para qualquer despesa imprevista e uma garantia para o futuro — **segurança**;
- b) boa remuneração — **rentabilidade**;
- c) crescimento do capital empregado — **valorização**;
- d) defesa contra eventual desvalorização do dinheiro — **proteção**;
- e) oportunidade de associação com empresas dinâmicas — **desenvolvimento econômico**;
- f) rápida disponibilidade do dinheiro aplicado — **liquidez**.

Nos próximos subcapítulos estão apresentados os principais tipos de investimentos encontrados no mercado financeiro, iniciando por uma descrição das principais taxas, referenciais e indicadores das aplicações e os principais investimentos do mercado. As taxas, referenciais e indicadores são aqui apresentadas para se ter um conhecimento teórico do que vem a ser o fator remuneratório das aplicações, sendo uma das informações fundamentais para uma boa análise de investimento.

2.2.1 Taxas de juros, índices e indexadores do mercado financeiro

Ao se iniciar o estudo sobre investimentos, é importante que se tenha uma noção das variáveis econômicas que interferem no resultado desses investimentos. Além dos aspectos macroeconômico e microeconômico que devem ser avaliados as taxas de juros, índices, indexadores interferem no resultado, seja por servirem como balizadores ou até como agentes remuneratórios, que têm seus rendimentos atrelados à taxa, indexador, etc. As principais taxas e índices encontrados no mercado são a taxa Selic, Cetip, TR, TJLP, TBF, IPCA, IGP-M, etc.

2.2.1.1 Taxa de juros

Os juros são a remuneração paga pelo tomador para utilizar uma quantidade de dinheiro de outro (poupador). O valor dessa remuneração é a taxa de juros e depende do comportamento do mercado financeiro diante de variáveis macroeconômicas. As oscilações das taxas influenciam o mercado financeiro (BANCO DO BRASIL, 2007).

2.2.1.1.1 Taxa Selic e Cetip

Devido à maioria dos títulos serem negociados sem serem emitidos fisicamente (escriturais), é necessário que exista uma organização na liquidação e transferência desses títulos. Para tal, existem dois sistemas (SELIC e CETIP) que controlam e custodiam as negociações desses títulos. Esses títulos servem principalmente para promover uma boa liquidação do mercado monetário, gerando maior segurança e autenticidade aos negócios efetuados. (ASSAF NETO, 2003 p. 107). Devido ao grande volume de operações no mercado monetário, o Selic e a Cetip divulgam periodicamente a taxa Selic e Cetip respectivamente, muito adotada pelos agentes financeiros.

a) *O Selic e a taxa Selic*

O Selic (Sistema Especial de liquidação e custódia) foi criado em 1979 pelo Banco Central e Anbima (Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto), sendo “voltado a operar com títulos públicos de emissão do BACEN e do Tesouro Nacional” (ASSAF NETO, 2003 p. 107). Principalmente serve para liquidar e controlar financeiramente as operações de compra e venda de títulos públicos e manter a custódia escritural e física.

A **taxa Selic** é a taxa de juro por dia útil gerada pelas negociações que envolvem títulos públicos. Devido à grande liquidez inerente aos títulos públicos negociados, a taxa Selic é considerada uma taxa livre de risco da economia, sendo principal base para formação dos juros do mercado (ASSAF NETO, 2003, p.108). É a taxa básica de juros da economia do Brasil. Essa taxa refere-se ao custo do dinheiro no mercado financeiro. É a taxa de referencia que regula as operações diárias com títulos públicos federais e é a taxa que o Banco Central compra e venda títulos públicos federais. Ela é determinada em reuniões periódicas do Copom (FORTUNA, 2008, P.131). Para o Banco Central (2014c), a taxa Selic é a “taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais”. Para o cálculo da taxa, são “considerados os financiamentos diários relativos às operações registradas e liquidadas no próprio Selic e em sistemas operados por câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação” (BANCO CENTRAL, 2014c).

b) *Cetip e a taxa Cetip*

A Cetip (Central de custódia e de liquidação financeira de títulos privados) surgiu em 1986 com o mesmo propósito do Selic, mas voltado aos títulos privados, entre eles o CDB, RDB, CDI, debêntures. Também opera com títulos públicos quando estes estão em posse do setor privado (ASSAF NETO, 2003, p.108). Na Cetip, os negócios não são liquidados instantaneamente, tendo em vista que as transferências de recursos ocorrem através de cheques administrativos das instituições, principalmente pelo fato de as operações financeiras da Cetip serem processadas através de transferências bancárias de fundos (cheques).

A **taxa Cetip** é semelhante à taxa Selic, tendo como principal diferencial sua liquidação. A liquidação financeira dos títulos privados só será feita no dia seguinte pelo fato de utilizarem cheque administrativo para compra do título e ter sua da compensação bancária somente no dia seguinte (conhecida também como D1 ou taxa ADM). Essa taxa costuma ser um pouco mais alta que a taxa Selic por incluir o risco de a liquidação ocorrer somente no dia seguinte. (ASSAF NETO, 2003, p.108).

2.2.1.1.2 Taxa Referencial de Juros – TR

A TR foi criada em 1991, no Plano Collor II, a fim de ser uma taxa básica referencial dos juros a serem praticados no mês iniciado e não um índice que refletisse a inflação do mês

anterior (FORTUNA, 2008, p. 129). Esperava-se que a TR funcionasse como um referencial para a formação de juros de vários ativos e passivos financeiros.

Hoje serve como o índice de remuneração básica da caderneta de poupança e FGTS. Equivale a uma taxa futura esperada de inflação, “embutida pelos agentes econômicos na remuneração dos títulos de renda fixa” (ASSAF NETO, 2003, p.115).

O cálculo da TR envolve a dedução de um “reductor” da taxa média de captação dos bancos. Esse reductor deve refletir a tributação que incide sobre os CDB/RDB e taxa real de juros da economia. O reductor anunciado reflete a taxa real de juros admitida pelo Governo para os 30 dias próximos (ASSAF NETO, 2003, p. 115). Tem como base o valor da TBF do dia de referência do cálculo, sobre o qual é aplicado um reductor definido pelo governo, expressa pela fórmula $TR = 100x\{[(1+TBF/100)/R]-1\}$ (FORTUNA, 2008, p. 129).

2.2.1.1.3 Taxa Básica Financeira- TBF

A Taxa Básica Financeira (TBF) foi criada para ser utilizada exclusivamente como base de remuneração de aplicações financeiras realizadas no mercado financeiro com prazo igual ou superior a dois meses. É calculada levando-se em consideração os rendimentos médios mensais oferecidos pelo CDB de 30 a 35 dias corridos de prazo, baseada na amostra das 30 maiores instituições, entre elas bancos múltiplos, comerciais, de investimento e Caixa Econômica (FORTUNA, 2008, p. 128).

2.2.1.1.4 Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

A TJLP é uma taxa de juros aplicada em operações de longo prazo normalmente, tendo seu custo variável apesar de permanecer fixo por períodos mínimos de três meses. A TJLP é utilizada também para remunerar três fundos compulsórios: PIS/PASEP, FAT e Fundo da Marinha Mercante. Vem sendo utilizada também para linhas do BNDES, como Finame, Finem, BNDES automático, substituindo a TR.

Assaf Neto (2003, p.117) afirma que o prazo de vigência da TJLP é de três meses, divulgado pelo Banco Central como taxa nominal anual no primeiro dia útil do período de aplicação. A divulgação do valor ocorre via resolução do BC até o último dia de cada trimestre civil, valendo a partir do primeiro dia do próximo. (FORTUNA, 2008, p. 130). “Até o último dia útil do trimestre imediatamente anterior ao de sua vigência para as posições de

1º de janeiro, 1º de abril, 1º de julho e 1º de outubro, sendo expressa em percentual ao ano.” (FINEP, 2014).

A TJLP é calculada com base na meta de inflação média pro rata prevista pelo IPCA para os doze meses seguintes ao primeiro mês de vigência da taxa, com ponderação de 50% e pelo prêmio de risco Brasil, com peso de 50% também, com recálculo trimestral (FORTUNA, 2008, p. 130).

2.2.1.1.5 Taxa DI

DI é a média das taxas diárias praticadas pelas instituições financeiras na troca de recursos (empréstimos) entre elas. É utilizado como remuneração em alguns títulos de renda fixa (exemplo CDBs) ou como referência em operações de troca de indexadores (swap). (COMO INVESTIR, 2014d).

2.2.1.2 Índices e indexadores

Os principais índices e indexadores que servem como base para diversos segmentos do mercado brasileiro são os seguintes: IPA, IPC-DI, IGP-DI, IGP-M, IGP-M10, IPCA, DI, IBOVESPA, IBX.

a) **IPA:** IPA é o Índice de Preços ao Produtor Amplo (denominação alterada em 2010, antes conhecida como índice de preços por atacado), que registra variações de preços de produtos agropecuários e industriais nas transações interempresariais, ou seja, nos estágios de comercialização anteriores ao consumo final. “Registram as variações médias dos preços recebidos pelos produtores domésticos na venda de seus produtos.” É um indicador mensal e serve para analisar as variações de preços de produtos agrícolas e industriais. Assim como o IGP, o IPA também possui as versões IPA-10, IPA-M e IPA-DI (IBRE, 2014).

b) **IPC-DI:** O IPC-DI (Índice de Preços ao Consumidor – Disponibilidade Interna) mede a inflação de varejo das famílias que recebem até 33 salários mínimos. Serve para cálculo dos reajustes dos benefícios gerados pela Previdência Social (FORTUNA, 2008, p. 125).

c) **IGP:** IGP (Índice Geral de Preços) é calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e registra a evolução dos preços, sendo utilizado como medida da inflação nacional

(FORTUNA, 2008, p. 125). Segundo o IBRE (2014) é um indicador macroeconômico, deflator de valores monetários e indexador de contratos e abrange Indústria, Construção Civil, Agricultura, Comércio Varejista e Serviços prestados às famílias. É composto pelo IGP-DI e o IGP-M.

d) **IGP-DI:** IGP-DI(Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) é formado por três índices (IPA com 60% do índice, IPC-DI com 30% e o INCC, com 10% do índice). Até o plano real servia para reajustar títulos do setor privado no pós-fixado. Compreende o período entre o primeiro e o último dia do mês de referência (FORTUNA, 2008, p. 125).

e) **IGP-M:** IGP-M é o Índice Geral de Preços do Mercado. Mede a evolução dos preços ao consumidor. É o indexador de alguns títulos de renda fixa como as Notas do Tesouro Nacional (NTN) série C, títulos privados como as debêntures e alugueis comerciais e residenciais (FORTUNA, 2008, p. 125). Corresponde ao período entre o dia 21 do mês anterior ao de referência e o dia 20 do mês de referência (COMO INVESTIR, 2014d).

f) **IGP-M10:** IGP-M10 é semelhante ao IGP-M e tem como finalidade possibilitar aos participantes da BM&F uma melhor avaliação do IGP-M futuro, advindo com a criação do mercado futuro de IGP-M (FORTUNA, 2008, P. 126).

g) **IPCA:** IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, que se baseia na evolução da cesta de consumo das famílias com renda até 40 salários mínimos, que registra a variação de preços de produtos e serviços ao consumidor. É pesquisado nas 11 principais regiões metropolitanas e calculado do primeiro ao último dia de cada mês (ano civil). É o índice oficial de acompanhamento da inflação do Brasil. (FORTUNA, 2008, P. 126). É utilizado também como indexador para alguns títulos de renda fixa como as Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B) e NTN-B Principal. (COMO INVESTIR, 2014d).

h) **IBOVESPA:** O Ibovespa é um indicador do “desempenho médio das cotações dos ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro” (BM&FBOVESPA, 2014c). Composto por ações de companhias listadas na BM&FBOVESPA que atendem aos critérios de inclusão descritos na metodologia do índice BOVESPA, disponível no site da BM&FBOVESPA.

i) **IBX:** Segundo Halpern (2003, p. 136), o IBX (Índice Brasil) é um “índice de preços que mede o retorno de uma carteira composta por 100 ações selecionadas entre as mais negociadas”, em termos de volume financeiro e número de negócios, “ponderadas no índice pelo seu respectivo número de ações disponíveis à negociação no mercado”.

2.2.2 Principais tipos de investimento

Ao investir, o investidor deve procurar identificar o seu perfil e os melhores investimentos para esse perfil. No capítulo anterior foram descritos os principais perfis encontrados no mercado financeiro. A seguir estão apresentados os principais investimentos nesse mercado com suas devidas descrições.

Nas aplicações financeiras, deve-se observar os riscos e retornos, o que se deseja ganhar e o que se está disposto a perder. Normalmente há uma correlação inversa entre segurança e rentabilidade como já definido anteriormente. Quanto menor a segurança, ou seja, maior o risco, maior a probabilidade de retorno.

O Banco do Brasil (2007) destaca que, ao se investir em determinadas aplicações, elas apresentam os seguintes comportamentos:

Tabela 1 - Investimento x rentabilidade, liquidez e segurança

Investimento x rentabilidade, liquidez e segurança			
Investimento em:	Proporciona		
	Em 1º lugar	Em 2º lugar	em 3º lugar
Poupança	Segurança	liquidez	Rentabilidade
Renda Fixa	Rentabilidade	Segurança	Liquidez
Ações	Rentabilidade	Liquidez	Segurança
Imóveis	Segurança	Rentabilidade	Liquidez

Fonte: Banco do Brasil, 2007

Os investimentos podem ser classificados em ativos e derivativos. Os ativos são bens (imóveis, ações, ouro) e/ou direitos vindos de obrigações assumidas pelo agente financeiro (poupança, debêntures, títulos públicos, CDBs, etc.) e podem ser de renda fixa ou renda variável. Os derivativos são valores mobiliários operados com datas futuras, em que estão baseados os ativos que servem de referência no mercado a vista (ex. um derivativo é uma “opção da Petrobras” em que o preço é derivado do ativo “ação da Petrobrás”) e podem ser originados de ativos de Renda Fixa ou originados de ativos de renda variável. A renda fixa pode ser prefixada (já se sabe quanto receberá no final do período de aplicação) ou pós-fixada (a remuneração só é conhecida no final da aplicação, baseada em algum índice, taxa de juros,

etc.). As aplicações de renda variável não possuem remuneração ou vencimento previamente acordados e o rendimento é obtido através da diferença entre o preço de aquisição e o preço de venda (BANCO DO BRASIL, 2007).

Nos ativos de renda fixa encontram-se poupança, CDB/RDB, títulos públicos, entre outros. Nos ativos de renda variáveis podem-se destacar os investimentos em ações, oferta pública, ouro, etc. Os fundos de investimentos podem ser compostos por ativos de renda fixa e renda variável.

Esses investimentos são apresentados a seguir, partindo dos que compõe os ativos de renda fixa, passando para os ativos em rendas variáveis e terminando nos fundos de investimentos.

2.2.2.1 Título de capitalização

Os títulos de capitalização são investimentos com características de um jogo, gerando renda no final do período e possibilitando ao investidor participar de sorteios, podendo ser mensais, semestrais, etc. Foram criados pelo Decreto-lei 261 de 28/02/1967 e só podem ser negociados por Sociedades de Capitalização (SC) (FORTUNA, 2008, p. 310).

O valor aplicado é separado, sendo destinado um percentual ao capital da poupança, outro para o sorteio e outro para cobrir suas despesas. A remuneração mínima corresponde a 20% dos juros da caderneta de poupança, tendo como rendimento máximo um percentual da poupança. Além disso, em cima do rendimento existe a incidência de imposto de renda na fonte (FORTUNA, 2008, p. 310).

Esses títulos têm liquidez limitada, principalmente pelo fato de existir carência para retirada das parcelas depositadas, normalmente de um a dois anos, o que pode significar perda de todo o valor aplicado. Os prazos dos títulos, carência, forma de pagamento, etc. vão depender de banco para banco e as cláusulas e regras estarão presentes nas Condições Gerais do Título.

São títulos que atraem principalmente pela possibilidade de ganho de recursos através dos sorteios além de permitir resgatar o valor aplicado ao final do período, diferente de um jogo de apostas onde nem sempre se pode ganhar o aplicado (FORTUNA, 2008, p. 310).

2.2.2.2 Caderneta de poupança

Segundo Fortuna (2008, p. 314), a caderneta de poupança tradicional é uma aplicação simples e tradicional, que permite aplicação de pequenas somas e liquidez. Existe perda de rentabilidade quando ocorrem saques fora da data de aniversário da aplicação. De acordo com Assaf Neto (2003, p.134), a caderneta de poupança é uma alternativa de aplicação financeira bastante conservadora, oferecendo segurança, já que o governo garante os depósitos até certo limite e baixa remuneração comparado a outros tipos de ativos no mercado. Além disso, a poupança permite isenção de imposto de renda.

A partir de 04/05/2012, através da Medida Provisória nº 567/2012, as regras de remuneração da poupança mudaram para os casos de abertura de novas cadernetas de poupanças ou depósitos feitos na poupança a partir dessa data. Ao fazer a aplicação em poupança depois dessa data, o investidor passou a ter uma nova caderneta de poupança (com nomenclatura diferente) seguindo as regras novas, permanecendo a conta poupança antiga inalterada quanto às suas regras. Ao fazer a retirada do dinheiro da poupança, primeiramente o recurso sairá da conta poupança mais recente, atingindo a conta antiga somente se o saldo a sacar for superior ao saldo existente na nova conta. O rendimento é depositado no dia do aniversário (dia que aplicou o dinheiro) e só ocorre se for deixado por mais de 30 dias.

De acordo com as novas regras da caderneta de poupança apresentadas anteriormente, a remuneração ocorre da seguinte forma: se a taxa Selic estiver maior que 8,5% ao ano, o rendimento é de 0,5% ao mês mais a TR. Se a taxa da Selic for de 8,5% ao ano ou menos, o rendimento passa a ser 70% da Selic mais TR. Aplicações realizadas até 03/05/2012, o rendimento da poupança era de 0,5% a.m. mais a TR, (BANCO CENTRAL, 2014b).

“A remuneração dos depósitos de poupança é calculada sobre o menor saldo de cada período de rendimento. O período de rendimento é o mês corrido, a partir da data de aniversário da conta de depósito de poupança, para os depósitos de pessoas físicas e de entidades sem fins lucrativos” (Banco Central, 2014b).

2.2.2.3 Certificado de depósito bancário (CDB) e Recibo de depósito bancário (RDB)

Os CDBs (certificado de depósito bancário) e RDBs (recibo de depósito bancário) são títulos de renda fixa emitidos pelos bancos Comerciais/Múltiplos e bancos de Investimentos, que têm como finalidade lastrar operações de financiamento de capital de giro (ASSAF NETO, 2003, p.176). De acordo com o Banco Central, os CDBs e RDBs são títulos privados de depósitos a prazo realizados por pessoas físicas ou jurídicas. Ou seja, os recursos auferidos pela emissão desses títulos são normalmente repassados aos clientes através de empréstimos.

A emissão desses títulos pelas instituições bancárias cria uma obrigação de pagamento, uma dívida da instituição para com o investidor, que paga a esse investidor ao final do prazo um valor superior ao valor aplicado (FORTUNA, 2008, p. 175).

A diferença entre o CDB e RDB é que o RDB é intransferível, enquanto o CDB pode ser transferido para outros investidores através de endosso nominativo (ASSAF NETO, 2003 p.176).

Esses títulos podem ser pré-fixado (com remuneração total definida no momento da aplicação) ou pós-fixados (corrigidos por um índice de preços mais juros com remuneração conhecida depois do vencimento do título) e taxas flutuantes relacionadas a um percentual de algum índice, normalmente ao CDI (certificado de depósito interbancário), mas também a TR, TJLP ou inflação (BRASIL, 2014).

2.2.2.4 Certificado de depósito interbancário (CDI)

CDI (certificado de depósito interbancário) ou simplesmente DI (Depósitos Interbancários) corresponde a títulos emitidos pelas instituições financeiras que lastreiam operações do mercado interbancário (FORTUNA, 2008, p. 176). Com características semelhantes ao CDB, o CDI também é uma espécie de empréstimos, só que nesse caso entre instituições financeiras. Sua negociação é restrita às instituições financeiras. As taxas negociadas nesse mercado interbancário normalmente não são afetadas por intervenções oficiais diretas, representando de maneira mais isenta as expectativas do mercado quanto ao comportamento das taxas de juros da economia. São taxas definidas diariamente pela negociação entre as instituições financeiras e são bastante divulgadas pela imprensa (ASSAF NETO, 2003, p.178).

O custo dessas transações entre os bancos por um dia (média entre todas as taxas desse tipo de negociação do dia) são as taxas DI. Essa taxa DI é utilizada para avaliar a rentabilidade de fundos, como os DI, por exemplo (PORTAL BRASIL, 2014).

Segundo Assaf Neto (2003, p.104), a taxa CDI pode ser considerada uma taxa básica do mercado financeiro, que influencia as demais taxas de juros.

2.2.2.5 Títulos Públicos

O tesouro direto (uma espécie de título público) é um programa criado pelo Tesouro Nacional em parceria com a BM&FBOVESPA que possibilita às pessoas físicas a compra de

títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional através da internet (BM&FBOVESPA, 2014h).

É um título que funciona como um “empréstimo” de recursos ao governo, que em contrapartida, depois do período, retorna o valor emprestado acrescido de rendimento.

É um investimento de renda fixa com previsibilidade, liquidez e baixo custo e risco. Apresenta boa rentabilidade e, dependendo da corretora, apresentam algumas taxas, entre elas taxas de administração e custódia (BM&FBOVESPA, 2014h).

O valor mínimo para começar a investir é de aproximadamente R\$ 30,00 e as aplicações têm data de vencimento, podendo ter o resgate antecipado.

Esses títulos públicos podem ser pré-fixados ou pós-fixados.

a) *Título público prefixado*

Nos títulos prefixados, a taxa de juros é definida no momento em que é feito o investimento, ou seja, é definida previamente. Com isso é possível saber quanto irá render o investimento se mantiver os recursos até a data de vencimento. Além disso, o investidor pode decidir se deseja receber tudo ao final da aplicação ou se prefere ir recebendo os juros semestrais (BM&FBOVESPA, 2014h).

Caso o investidor opte por resgatar o investimento e os juros ao final do período, o investimento apropriado é em Letras do Tesouro Nacional (LTN). Se optar por ir recebendo os juros semestralmente, deve aplicar em Notas do Tesouro Nacional - Série F (NTN-F) Nesse caso o investidor sabe exatamente o retorno do título se carregá-lo até a data de vencimento, além de recebe um fluxo de cupons semestrais de juros, o que pode possibilitar aumento de liquidez e reinvestimentos (TESOURO, 2014).

Normalmente esse investimento é indicado para os que acreditam que a taxa de juros irá cair. O investidor está sujeito a perda de poder aquisitivo em caso de alta de inflação

b) *Título público pós-fixado*

Neste tipo de título, a rentabilidade é conhecida apenas no momento em que o investimento é resgatado, ou seja, é definida posteriormente.

Assim como os títulos prefixados, os títulos pós-fixados são divididos em dois tipos, sendo o pós-fixado ligado aos juros básicos e o ligado à inflação.

Os títulos pós-fixados ligados aos juros básicos seguirão a SELIC (taxa de juros básicos da economia). Se o investidor pode acompanhar a flutuação dos juros, seja para cima ou para baixo, o indicado é este tipo de título, denominado de Letras Financeiras do Tesouro (LTF). Preço do título flutua em função da expectativa de taxa de juros dos agentes financeiros.

Nos títulos pós-fixados ligados à inflação, a remuneração é composta de duas parcelas, sendo uma predefinida (prefixada) na hora do investimento e a outra é pós-fixada, variando conforme a inflação calculada na hora do resgate. Neste caso, o investidor saberá quando e quanto de juros ganhará em termos reais, isto é, descontando a perda com a inflação. Possibilita proteger-se de uma eventual subida de inflação (BM&FBOVESPA, 2014h).

Da mesma forma que o prefixado, o investidor pode optar por receber tudo de uma única vez (rendimento mais aplicação) ou ir recebendo os juros semestralmente. Para esses casos, os investimentos podem ser respectivamente em Notas do Tesouro Nacional Principal - NTN-B Principal – “Permite ao investidor obter rentabilidade em termos reais, se protegendo da elevação do IPCA” (TESOURO, 2014) ou Notas do Tesouro Nacional - Serie B (NTN-B) – “Permite ao investidor obter rentabilidade em termos reais, se protegendo da elevação do IPCA. Além disso, o investidor recebe um fluxo de cupons semestrais de juros, o que aumenta a liquidez possibilitando reinvestimentos” (TESOURO, 2014).

2.2.2.6 Previdência Privada

A previdência privada funciona como uma alternativa de complemento à aposentadoria. Serve como um seguro de renda, possibilitando diversos planos de benefícios de aposentadoria (ASSAF NETO, 2013, p. 394).

Diferente da previdência social, a previdência privada é opcional e tem como principal objetivo manter o padrão de vida que a pessoa levava antes de se aposentar, tendo em vista que a previdência social tem mais o objetivo de manter a subsistência das pessoas.

Pode ser constituída como uma sociedade fechada ou aberta. A sociedade de previdência privada fechada (ou fundo de pensão) normalmente é formada no ambiente da empresa e a participação é dada pelo empregador e pelo funcionário. Já a previdência aberta é aberta às pessoas em geral que desejam adquirir um fundo de previdência complementar (ASSAF NETO, 2013, p. 394).

De acordo com Assaf Neto (2013, p. 394), existem diversos planos de previdência, sendo que normalmente é caracterizado por contribuições mensais por determinado período

de anos que, no final do período será pago ao beneficiário. Existem dois planos criados recentemente pelo sistema de previdência privada e que têm sido mais rentáveis, sendo eles o PGBL (plano gerador de benefícios livres) e o FAPI (fundo de aposentadoria programada individual).

a) *PGBL – Plano gerador de benefícios livres*

O PGBL é uma aplicação destinada principalmente à aposentadoria. Funciona como um fundo de investimento comum, em que os recursos aplicados pelo investidor são utilizados para formar carteiras compostas por ações, títulos de rendas fixas, cotas de fundos de investimentos e imóveis existentes no mercado financeiro. Os rendimentos são creditados ao investidor, aumentando sua renda ao final do período. É uma aplicação mais conservadora e com menos risco, ou seja, mais estável, tendo em vista que as aplicações são feitas principalmente em títulos de renda fixa emitidos pelo governo (ASSAF NETO, 2013, p. 395).

Cobram taxa de carregamento (cobrir as despesas na comercialização e prestação de serviço, sendo cobrado em cada contribuição, podendo variar de plano para plano) e taxa de administração (cobrada pela gestão dos recursos, incidindo sobre o patrimônio acumulado e cobrado anualmente).

Como benefícios podem ser destacados: benefício fiscal, possibilitando que as contribuições ao fundo possam ser deduzidas do imposto de renda até o limite de 12%; os rendimentos são tributados somente no saque; são transparentes, com publicações constantes de desempenho e indicadores; o investidor pode mudar de gestor o quanto quiser sem necessidade de pagar imposto, respeitando a carência mínima de 60 dias para transferências e resgates; possibilidade de escolher o plano que apresenta a carteira que satisfaça o perfil do investidor (ASSAF NETO, 2013, p. 394).

O PGBL permite alguns benefícios como: uma renda vitalícia, em que o beneficiário recebe uma renda a partir de certa idade por toda a vida; renda temporária onde os benefícios são pagos a partir de certa idade e por determinado tempo definido no contrato; e renda vitalícia com prazo mínimo, em que o investidor recebe uma renda enquanto estiver vivo e define um prazo de reversão. (ASSAF NETO, 2013, p. 395).

b) FAPI - Fundo de aposentadoria programada individual

Tem características semelhantes ao PGBL, tendo como diferencial a possibilidade de resgate do patrimônio acumulado, que só pode ser resgatado integralmente sem a possibilidade de pagamentos periódicos de benefícios (característica do PGBL). No FAPI há cobrança de imposto de renda sobre os ganhos, diferente do PGBL (ASSAF NETO, 2013, p. 396).

O FAPI também se diferencia do PGBL pela composição dos fundos. Enquanto o PGBL é constituído por uma instituição gestora que cria um fundo exclusivo para aplicar os recursos, no FAPI o investidor adquire cotas de um fundo de investimento comum administrado por um banco, onde o aplicador é o titular das cotas (ASSAF NETO, 2013, p. 397).

2.2.2.7 LCI – Letras de crédito imobiliário

Segundo Infomoney (2014), as letras de crédito imobiliário (LCI) são papeis de renda fixa lastreados em crédito imobiliários garantidos por hipotecas ou “alienação fiduciária de um bem móvel que dão aos seus tomadores direito de crédito pelo valor nominal, juros e atualização monetária”.

São emitidas pelas instituições financeiras que tem autorização para realizar operações de crédito imobiliário, que devem registrar a contratação das LCIs na Cetip. Os recursos obtidos nas aplicações são utilizados para financiamentos habitacionais. (INFOMONEY, 2014)

O prazo é de acordo com o prazo das obrigações imobiliárias que serviram de base para o seu lançamento. Em relação à tributação, desde 2004 a remuneração é isenta de Imposto de Renda para pessoas físicas e condomínios de edifícios, diferente para PJ, que tem tributação de IR. (INFOMONEY, 2014)

Algumas LCIs têm como característica uma operação vinculada com um contrato de swap indexado a um percentual do CDI. São indicados para perfil mais conservador, já que segue as características da poupança. (INFOMONEY, 2014)

Diferem-se das letras hipotecárias na emissão, onde as hipotecárias são emitidas exclusivamente vinculadas a uma hipoteca (FORTUNA, 2008, p. 181).

2.2.2.8 Letras Hipotecárias

As letras hipotecárias são títulos emitidos por instituições financeiras que trabalham com crédito imobiliário, tendo como lastro o financiamento habitacional. (ASSAF NETO, 2003, p. 105)

São títulos emitidos com juros prefixados, flutuantes e pós-fixados em TR, TBF ou TJLP num prazo mínimo de 180 dias e prazo máximo de acordo com o vencimento dos créditos hipotecários. Caso o investidor resgate antes de 180 dias, o título não gera remuneração (FORTUNA, 2008, p. 180).

Quando a instituição financeira estiver sem lastro para suas operações de financiamento imobiliário, pode recorrer à emissão de títulos para lastreá-lo. E pode comprá-lo quando o valor da carteira de crédito imobiliário estiver inferior ao volume de captação da caderneta de poupança (FORTUNA, 2008, p. 180).

Não tem imposto de renda sobre o ganho de capital das aplicações realizadas por pessoa física (FORTUNA, 2008, p. 180).

2.2.2.9 Debêntures

Para Fortuna (2008, p. 321), debênture é um título emitido por sociedades anônimas não-financeiras de capital aberto com garantia de seu ativo e com ou sem garantia subsidiária da instituição financeira. Lança-se no mercado para obter recursos de médio e longo prazo e tem como finalidade o financiamento de projetos de investimentos ou alongamento do perfil do passivo. Ou seja, a empresa lança as debêntures a fim de obter um empréstimo do comprador do título. Em troca a empresa gera um rendimento a esses títulos adquiridos.

Essa remuneração do título é certa e com prazo determinado. Isso significa dizer que na data de seu vencimento, o comprador das debêntures receberá além dos recursos aplicados, os juros referentes ao título.

A emissão e condições da emissão são definidas em AGE, sendo regulamentada pela Lei 6.404 de 15/12/99. Algumas das condições dizem respeito ao capital e prazo, onde o limite máximo de emissão é o valor do capital próprio da empresa e o prazo superior a um ano (FORTUNA, 2008, p. 322).

Por se tratar de venda de partes das dívidas das empresas, existem alguns meios para garantir a proteção dos compradores da dívida. São eles: escritura de emissão (contrato – documento que estipula os direitos, deveres e condições da emissão, além de pagamentos,

prazos, etc.) e agentes fiduciários (garantidores para pagamento das debêntures sejam empresas, indivíduos, ou departamento de crédito bancário).

A remuneração das debêntures pode compor de atualização monetária, prêmio e taxas de juros.

A empresa emissora das debêntures poderá resgatar antes da data determinada, que deverá ser para todos os debenturistas, tendo como intitulação debênture em tesouraria.

A colocação das debêntures no mercado pode ser direta ou por oferta pública. Quando direta, é feita diretamente a um comprador ou grupo de compradores, no caso, instituições financeiras ou fundos de pensão. As taxas de juros são mais altas. Por oferta pública, a colocação ocorre no mercado secundário, podendo ser colocadas com desconto (abaixo do valor nominal), com prêmio (acima do valor nominal) ou ao par (pelo valor nominal).

No mercado secundário, as debêntures são comercializadas pelo Sistema Nacional de Debêntures da Anbima (SND) ou pela Bovespafix (FORTUNA, 2008, p. 327).

2.2.2.10 Ouro

O mercado de ouro é comumente realizado embolsa de valores através da compra e venda, assim como o de ações, tendo sua cotação realizada em reais e por grama de ouro puro. É um mercado de risco tendo em vista a oscilação do seu valor mediante a lei a oferta e demanda e por fatores exógenos. O ouro funciona como uma reserva de valor em momentos de incertezas financeiras, econômicas ou políticas globais (FORTUNA, 2008, p. 549).

O preço é calculado de acordo com as variações do preço do dólar no mercado flutuante e do preço do metal na bolsa de Nova York, em que é resultado da multiplicação do preço do grama em Nova York com a cotação em reais do dólar no mercado flutuante. (FORTUNA, 2008, p. 549).

A BM&FBOVESPA oferece, no mercado disponível (à vista), contratos com lotes de 250g, 10g ou 0,225g de ouro com teor de pureza 0,99. As compras ocorrem através de corretoras que negociam os contratos de ouro no mercado à vista. O investidor “carregara posições de outro” que podem ser vendidas parcial ou totalmente, recebendo em dinheiro ou retirando o metal, ou seja, sua liquidação pode ser financeira ou física. O ouro também pode ser negociado nos mercados de derivativos da Bolsa (termo, opções, futuros e swap) (BM&FBOVESPA, 2014e).

A BM&FBOVESPA (2014e) indica algumas razões para se investir em ouro, como: retorno de médio a longo prazo; reserva de valor durável, ativo financeiro aceito internacionalmente; forma de diversificação de investimento; ativo aceito como garantia.

O ouro é visto como o mais seguro diante de uma crise ou ameaça de inflação, sendo esses aspectos ainda vantajosos para o preço do ouro. É caracterizado como uma “reserva inviolável de valor” (FORTUNA, 2008, p. 549).

Os custos para investimentos em ouro englobam taxas de corretagem (cobrado pelas corretoras pelo acesso ao mercado), de custódia (para manter o ouro, sendo calculado diariamente e cobrado mensalmente), seguro para transporte de barras de ouro e Imposto de Renda para aplicações superiores a R\$20 mil no mês (BM&FBOVESPA, 2014a).

2.2.2.11 Ações

As ações correspondem à aquisição de uma parcela do capital de uma empresa. São títulos “representativos da menor fração do capital social de uma empresa (sociedade anônima, sociedade por ações ou companhia)” (ASSAF NETO, 2013, p. 222). O acionista, aquele detentor da ação, é um coproprietário da empresa com direito a participação nos resultados. Elas não têm prazo e podem ser resgatadas ou adquiridas a qualquer momento através da negociação no mercado financeiro, vendendo ou comprando as ações (ASSAF NETO, 2013, p.222). Essas negociações eram realizadas nos pregões físicos (lugar onde se reuniam os operadores da bolsa). Atualmente os pregões predominantes são os automatizados, sem interferência dos operadores, os eletrônicos (FORTUNA, 2008, p. 584). Nas negociações no pregão eletrônico, os termos Home Broker e After Market passaram a existir. No Home Broker os clientes operaram eletronicamente via internet pelos sites de corretoras. O After Market é extensão do horário do pregão após as 18 horas até as 22 horas para atender o home broker (FORTUNA, 2008, p. 587).

As sociedades que emitem as ações podem ser fechadas ou abertas, em que as primeiras são tipicamente familiares com circulação de ações restritas a um grupo de investidores. Diferentemente, as sociedades abertas têm suas ações distribuídas a um número mínimo de acionistas, sendo negociadas na bolsa de valores. Devem ser cadastradas na Comissão de Valores Mobiliários e emitir informações financeiras, econômicas e de caráter econômico periodicamente (ASSAF NETO, 2013, p.222).

As ações podem ser classificadas como preferenciais ou ordinárias. As ordinárias conferem ao detentor da ação o direito a voto, podendo eleger diretoria, decidir sobre destino

de lucros, etc. Cada ação corresponde a um voto, isso significa dizer que quanto mais ações tiver, mais poder de decisão terá. Já as preferências, apesar de não permitirem direito a voto aos titulares, dão preferências ao titular como prioridade no recebimento do dividendo e prioridade no reembolso de capital no caso de dissolução da empresa (ASSAF NETO, 2013, p. 222).

Os títulos podem ser negociados no mercado primário ou no secundário. Quando um novo título é lançado no mercado, ele é negociado no mercado primário. É nesse momento que ocorre a disponibilização dos recursos dos investidores às empresas emittentes de ações, que funciona como uma espécie de financiamento às empresas. A partir do momento que o título está no mercado, as negociações de compra e venda posteriores ocorrem no mercado secundário, que ocorre na Bolsa de Valores ou Mercado de balcão. Nesse caso, o recurso auferido nas negociações vai para os proprietários dos títulos e não mais para a empresa emittente da ação (ASSAF NETO, 2013, p.239).

O mercado de ações é dividido em quatro mercados: mercado à vista, mercado à termo, mercado futuro de ações e mercado de opções.

a) *Mercado à vista*

Uma operação à vista é a compra ou venda em pregão de determinado número de ações para liquidação imediata.

Nesse tipo de mercado é permitida realização de operações de mesma ação em um mesmo pregão, por mesmo investidor e corretora, caracterizada como uma operação de arbitragem, o day trade.

As ordens de compra e venda podem ser, segundo Fortuna (2008, p. 590): ordem a mercado (o investidor especifica apenas a quantidade e características do título que quer comprar ou vender, com execução imediata), ordem administrada (mesma característica da ordem a mercado, diferenciada pela execução, que ocorre a critério da corretora), ordem limitada (é determinado o valor máximo ou mínimo que deseja comprar ou vender a ação, sendo executada somente quando chegar ao valor estipulado), ordem casada (quando estipula a compra de um título e a venda de outro, que só ocorre se os dois puderem ser feitos) e ordem de financiamento (o investidor define uma ordem de compra ou venda de um título em um mercado e outra de venda ou compra em outro ou mesmo mercado concomitantemente, com prazos de vencimento diferentes).

Ao se deter uma ação, existem direitos de proventos gerados por ela, entre eles: dividendos (distribuição de parte dos lucros aos acionistas); subscrição (direito de aquisição de ações por aumento de capital, com prazos e preços determinados); bonificação (distribuição de novas ações aos acionistas gratuitamente, pelo aumento de capital por incorporação de reserva), entre outros (FORTUNA, 2008, p. 590).

b) *Mercado a termo*

Nesse mercado o investidor se compromete a comprar ou vender uma determinada quantidade de ação por prazo predeterminado e preço fixado. Normalmente as operações são realizadas num prazo de 30 dias. De acordo com a BM&FBOVESPA (2014f), o prazo do contrato a termo é escolhido livremente pelo investidor, sendo no mínimo 16 dias e no máximo 999 dias.

Essas operações poderão ser liquidadas na data do seu vencimento ou data antecipada solicitada pelo comprador, vendedor ou por acordo mútuo, sendo antecipado o prazo de liquidação (FORTUNA, 2008, p. 593).

Segundo BM&FBOVESPA (2014f), a vantagem de se investir no mercado a termo é pelo fato do investidor proteger preços de compra (quando se espera uma alta nos preços de uma ação pode-se comprar a termo, fixando o preço e beneficiando-se da alta), diversificação de risco, obter recursos (o detentor de ações pode vender a vista para imediata compra a termo do mesmo papel, possibilitando fazer caixa) e alavancagem (possibilita aquisição de ações em quantidade superior a da disponibilidade financeira).

Os custos envolvidos nessa transação são: taxa de registro, de corretagem, de emolumentos e de liquidação.

De acordo com a BM&FBOVESPA (2014f), a transação a termo exige depósito de garantia, que pode ser por cobertura ou margem. Por cobertura “um vendedor a termo que possua os títulos-objeto pode depositá-los na CBLC, como garantia de sua obrigação” (BM&FBOVESPA, 2014f). Por margem corresponde a “valor igual ao diferencial entre o preço a vista e o preço a termo do papel, acrescido do montante que represente a diferença entre o preço a vista e o menor preço a vista possível no pregão seguinte” (BM&FBOVESPA, 2014f).

c) *Mercado Futuro de ações*

As ações nesse mercado são negociadas com datas de liquidação futura. Segundo Fortuna (2008, p. 597), é um mercado aperfeiçoado do mercado a termo, que possibilita aos participantes da transação reverter a posição de um contrato futuro antes da data do vencimento de forma automática.

De acordo com Halpern (2003, p. 91), “os contratos futuros são compromissos padronizados de compra e venda de ativos, mercadorias (ou commodities), ativo financeiro ou índices de preço, com data de vencimento, regras e especificações de negociação fixadas pela bolsa de futuros”. Halpern (2003, p.91) completa afirmando que nesse mercado o objeto negociado é o risco dos preços. Tem função de permitir proteção contra riscos de preços ou realizar hedge ou proteção.

d) *Mercado de opções*

De acordo com a BM&FBOVESPA (2014g), no mercado de opções é onde são negociados direitos de compra ou venda de um lote de ações, com prazos e preços preestabelecidos. Foi um mercado criado para oferecer uma forma de proteção ao mercado de ações contra possíveis perdas, possibilitando ao investidor adaptar o risco às suas expectativas e metas.

Segundo Fortuna (2008, p.600), quem compra uma opção tem um direito, podendo ser essa opção de compra (call) um direito de comprar, possibilitando ao comprador comprar certa quantidade de ações, a determinado preço e data. E opção de venda (put) um direito de vender.

Segundo o Portal do Investidor (2014b), quem adquire o direito deve pagar um prêmio ao vendedor, sendo este prêmio um valor pago para ter a opção de comprar ou vender (esse valor pago não é o preço do bem e sim o preço da opção). O Portal afirma que no mercado de opções, o titular pode perder no máximo o prêmio pago, em contrapartida, o lançador das opções tem riscos ilimitados.

2.2.2.12 Fundos de Investimentos

Os fundos de investimentos correspondem a uma aplicação em conjunto, uma espécie de condomínio. Da mesma forma, o Banco Central (2014d) define o fundo de investimento

como sendo uma comunhão de recursos constituída sob a forma de condomínio, que tem como objetivo a aplicação em ativos financeiros no mercado financeiro de capitais. De acordo com Assaf Neto (2003, p. 386), é uma importante alternativa de investimento para pessoas que querem participar do mercado de capitais, trazendo benefícios principalmente ao investidor com baixo volume individual de capital disponível para a aplicação. Por se tratarem de representantes dos grupos de investidores, os fundos oferecem uma profissional administração dos seus recursos monetários, sem que os investidores tenham necessidade de deter conhecimento profundo sobre mercado de capitais.

Os fundos são estruturados pelas Instituições Financeiras por variáveis exógenas e endógenas. As exógenas podem ser pelas determinações da CVM, como a quantidade máxima de composição da carteira de cada tipo de fundo, determinando assim o perfil da liquidez. Como variável endógena pode-se destacar a escolha da composição risco/rentabilidade desejada pelo gestor, criando desta forma a personalidade de cada fundo, que atrairá o perfil de investidor de acordo com cada fundo (FORTUNA, 2008, p. 471). Ou seja, os fundos podem ser classificados em função do prazo de carência para resgate ou remuneração de suas cotas, do segmento que atua, ativos que compõe o seu patrimônio ou do nível de risco (BANCO CENTRAL, 2014d).

Os fundos podem ter uma estratégia de gestão passiva ou ativa. O primeiro investe procurando rentabilidade similar à rentabilidade de um índice ou indexador que funcione como referência (benchmark) da economia (como o Ibovespa). Nesse tipo de fundo existe um menor custo operacional, um perfil mais conservador, mais bem ajustado em longo prazo além de ter os resultados atrelados ao referencial. Já na gestão ativa, são levadas em consideração as melhores oportunidades de aplicação entre as alternativas de aplicações do mercado financeiro. Deseja-se nesse caso um retorno “acima de um índice fixado como referência para a gestão de carteiras” (ASSAF NETO, 2003, p.387). Esse tipo de gestão, ao contrário da passiva, busca maximizar os resultados, tem maior custo operacional, melhor ajustada em curto prazo e tem um perfil mais agressivo (FORTUNA, 2008, p. 472), ou seja, é uma estratégia com maiores retornos, mas também com riscos maiores.

Os fundos costumam cobrar taxa de administração, cobrada pela instituição financeira a fim de remunerar os serviços prestados de administração do fundo e da gestão da carteira (ASSAF NETO, 2003, p.387). Essa taxa é definida pela administração e varia de acordo com o interesse da instituição. Além dessa taxa, podem ser cobradas taxas de ingresso ao fundo e taxas de saída antecipada. Quando permitido pelos órgãos reguladores, também pode existir a taxa performance, correspondendo a um percentual sobre o ganho do fundo (FORTUNA,

2008, p. 473). A remuneração varia de acordo com o rendimento dos ativos financeiros que fazem parte do fundo sendo que, não é garantido o recebimento de valor superior ao aplicado tendo em vista a oscilação dos ativos (BANCO CENTRAL, 2014d).

Os fundos de investimentos podem ser classificados como renda fixa ou renda variável, podendo ser abertos (fundos que podem ser resgatados a qualquer momento sem limite para cotista e com prazo indeterminado) ou fechados (cotas não-resgatáveis, mas negociadas na bolsa, tendo um número de cotistas limitado e prazo determinado).

Os fundos de renda fixa são os compostos por aplicações em título que tem taxa de retorno fixa na maioria das vezes. Outra parte pode ser aplicada em ações ou títulos com taxa de retorno variável. Já os fundos de renda variável são os compostos principalmente por aplicações em ações e títulos com taxa de retorno variável. Nesses fundos, o investidor pode ter um bom lucro se o desempenho das ações for bom ou perder dinheiro caso o rendimento seja ruim (FORTUNA, 2008, 473).

Como vantagens na aplicação nos fundos de investimentos, podem-se destacar: simplicidade na movimentação, relação entre volume de investimentos e retorno, profissionalismo na gestão, diversificação e liquidez (FORTUNA, 2008, p. 474).

De acordo com a Anbima (2014a), os fundos podem ser classificados em curto prazo, referenciado DI, renda fixa (renda fixa, crédito livre, índices), multimercados (LongAnd Short – Neutro, LongAnd Short – Direcional, multimercados macro, trading, multiestatégia, multigestor, juros e moedas, estratégia específica, balanceados e capital protegido), dívida externa (investimento no exterior), ações (Ações IBOVESPA Indexado, Ações IBOVESPA Ativo, IBrX Indexado, IBrX Ativo Setoriais, FMP – FGTS, SmallCaps, Dividendos, Sustentabilidade/Governança, Ações Livre, Fundos Fechados de Ações), cambial, previdência, off shore, fundos de direitos creditórios, fundos de índices (ITF), fundos de participações e fundos de investimento imobiliário.

a) **Fundos de curto prazo** – recursos aplicados exclusivamente em títulos públicos federais ou privados prefixados ou indexados a taxa Selic ou outra taxa de juros (FORTUNA, 2008, p. 477);

b) **fundos referenciados** – devem ser denominados de acordo com seu indicador de desempenho. Composto por 80% no mínimo de títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou Banco Central e títulos e valores mobiliários de renda fixa (FORTUNA, 2008, p. 477);

c) ***fundos de renda fixa*** – deve possuir 80% dos ativos em ativos de renda fixa, tendo como principal fator de risco a variação da taxa de juros doméstica e/ou variação do índice de preços (FORTUNA, 2008, p. 477);

d) ***fundos cambiais*** - deve possuir 80% dos ativos vinculados à taxa de câmbio, cujo fator de risco da carteira deve ser a variação da taxa de câmbio de moeda estrangeira ou cupom cambial. Dentre os fundos existem os fundos cambiais dólar, que seguem a cotação da moeda americana (FOLHA, 2014);

e) ***fundos de ações*** – deve possuir no mínimo 67% da carteira em ações negociadas na bolsa. Podem ser constituídos por vários tipos de carteiras de ações, desde as que seguem os índices da Bolsa até as que investem em empresas com características específicas. Esses fundos variam de acordo com as oscilações de preços das ações que compõe a sua carteira. Alguns fundos acompanham também a variação de um índice do mercado acionário (por exemplo, Ibovespa, IBX) (FOLHA, 2014);

f) ***fundos de dívida externa*** – mínimo 80% do patrimônio em títulos da dívida externa de responsabilidade da União e no máximo 20% do patrimônio em outros títulos de créditos do mercado internacional (FORTUNA, 2008, p. 477);

g) ***fundos multimercados*** – fundos que envolvem vários fatores de risco, sem necessariamente concentrar algum fator em especial (como câmbio, ações, derivativos e renda fixa), tendo como principais vantagens a flexibilidade para aplicação em vários tipos de ativos e diversos estilos de estratégia de gestão. É um fundo que apresenta maior risco ao investidor pela oscilação (FORTUNA, 2008, p. 477).

Nos fundos de investimento, quanto maior o retorno normalmente maior o risco será. Os riscos encontrados nos fundos e definidos pelo autor Assaf Neto (2003, p. 388) são os riscos de crédito, de mercado, liquidez e sistêmico. Risco de crédito corresponde à possibilidade da instituição emitente de algum título que compõe a carteira do fundo não ser pago ou ser liquidado em atraso. Caso isso ocorra, a rentabilidade reduz-se devido à perda de valor do título. O risco de mercado refere-se às variáveis do mercado como taxa de juros da economia, inflação, variação cambial, etc. que podem interferir no valor dos títulos da carteira. O risco de liquidez corresponde à dificuldade de venda dos títulos da carteira, seja por baixa liquidez de recursos do mercado ou falta de atratividade. E o risco sistêmico é dado

pelo comportamento da conjuntura nacional e internacional que interferem nas taxas de juros do mercado, preços, câmbio, etc. (ASSAF NETO, 2003, p. 384).

3. ANÁLISE DE MERCADO – PERFIL DO INVESTIDOR BRASILEIRO, DADOS SOBRE OS INVESTIMENTOS

Ao se ter conhecimento das principais taxas, indicadores, perfil dos investidores, investimentos, cabe uma análise da situação brasileira atual, que apresenta o perfil dos investidores brasileiros, aplicações mais escolhidas pelos brasileiros e situação atual do mercado financeiro, como rendimentos, principais títulos, aplicações e definição de como aplicar. Com isso é permitido ao futuro investidor comparar seu perfil e investimentos com os dos brasileiros de maneira geral, aprender sobre novos investimentos e identificar aquele que mais lhe proporcionam retorno de acordo com seu perfil e sua propensão ao risco.

3.1 PERFIL DO INVESTIDOR BRASILEIRO

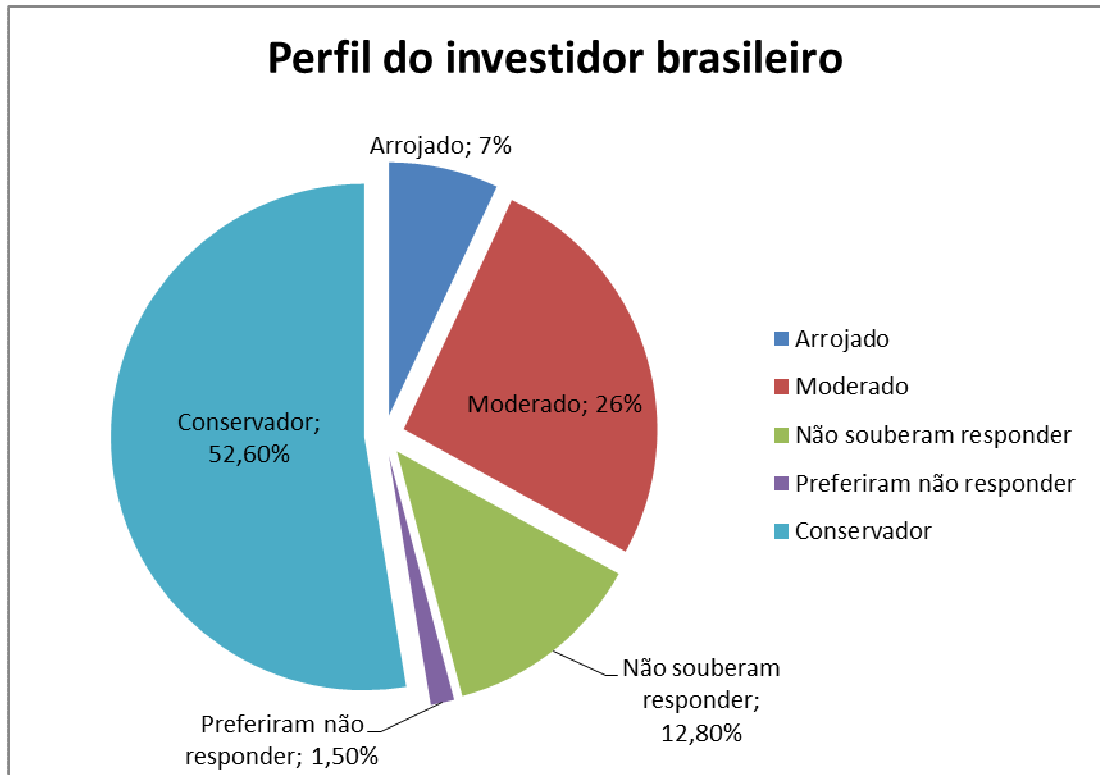
De acordo com pesquisa encomendada pela BM&FBOVESPA, realizada pelo Instituto de Pesquisas Rosenfield e apresentada pelo site Valor Econômico e IG Economia no final de 2012, trazendo respostas de duas mil pessoas ouvidas em 100 cidades, os brasileiros não sabem investir e são conservadores.

Na pesquisa foi constatado que as pessoas ignoram os princípios financeiros mais elementares. Para 27% dos entrevistados, a caderneta de poupança (em que o retorno é certo) é o investimento mais arriscado do mercado, mais até do que a bolsa de valores.

Pela pesquisa também se pode dizer que os brasileiros não gostam de arriscar, apesar de investirem em um fundo que consideram arriscado, no caso a poupança. A explicação pode ser dada pelo fato de ser a aplicação mais conhecida, onde 97% das pessoas declaram conhecê-la. Em contraponto, menos de 10% têm conhecimento no fundo DI (fundos atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI e têm o objetivo de acompanhar os juros do mercado). O investimento em imóveis é conhecido por 43,3% dos entrevistados. As demais aplicações financeiras são conhecidas por menos de 40% dos entrevistados.

De acordo com a pesquisa realizada, foi observado que o investidor brasileiro é conservador. A maioria dos brasileiros (52,6%) prefere investimentos com baixo risco e baixa rentabilidade (conservador). Apenas 7% têm propensão a fazer aplicações com alto risco e alta rentabilidade (arrojado). O restante dos entrevistados (26%) afirma ter um perfil mais moderado, ao passo que 12,8% não souberam responder e 1,5% preferiram não responder.

Gráfico 5 - Perfil do Investidor Brasileiro



Fonte: Valor Econômico, 2013, elaborado pelo autor

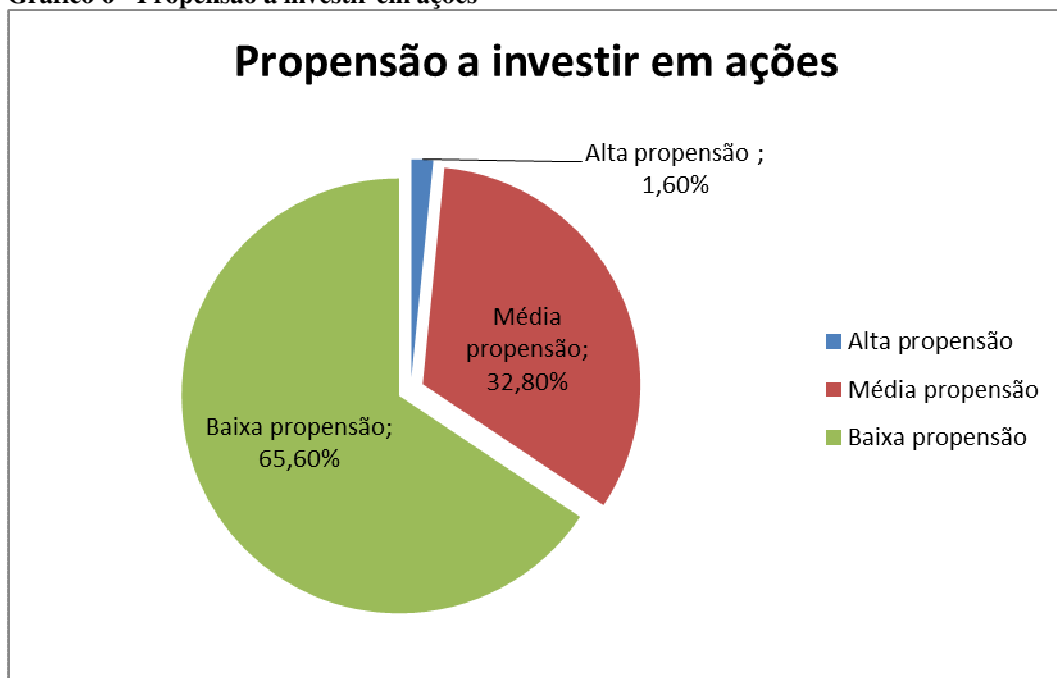
Uma pesquisa realizada pela UNIFOR, apresentada por Rocha e Rondal (2004) também afirma que o perfil do brasileiro pode ser definido como um perfil conservador, e complementa diagnosticando que esse resultado dá-se principalmente por fatos da conjuntura histórica do Brasil, como taxa de juros nominal elevada, confisco da poupança (Plano Collor). Além disso, por fatores culturais (cultura de investimento em imóveis) e por falta de conhecimento em mercado de capitais.

A pesquisa sobre educação financeira também realizada por Denis Rosenfield informou que os brasileiros não sabem investir e não possuem um controle dos gastos. Em relação ao planejamento financeiro, com pesquisa envolvendo questões sobre planejamento antecipado da aposentadoria, reserva de dinheiro sobre situações inesperadas e o que é feito com o que resta no final do mês, constatou que dos entrevistados, 62,2% não têm uma planilha de controle de gastos no computador ou por escrito, 46,9% tem média intensidade de planejamento. 53,4% relatam não restar algum dinheiro no fim do mês. E somente 31,7% guardam dinheiro com objetivo específico. Também mostram que não têm ao menos conhecimento de quanto pagam de juros nos seus empréstimos e financiamentos, representando uma parcela de aproximadamente 25% dos entrevistados. A pesquisa revelou que os entrevistados que afirmaram fazer controle dos gastos têm uma maior escolaridade e

maior renda, que acabam influenciando também na tendência de investir em mercado de capitais.

Dos pesquisados, somente 1,6% dos brasileiros têm alta propensão a investir em ações, equivalendo-se ao encontrado na pesquisa sobre os principais investimentos, a qual indica que apenas 1% investe em ações. Outros 65,6% têm baixa propensão e 32,8% apresentam média propensão. “Possivelmente, a maior parte dos cidadãos possui receio em investir em algo estranho ao seu convívio e de seus parentes e amigos”, diz o estudo.

Gráfico 6 - Propensão a investir em ações



Fonte: Valor Econômico, 2013, elaborado pelo autor

De acordo com o pesquisador Denis Rosenfield, “a classe C emergente é conservadora. Sua renda foi gerada por meio de muito trabalho e as pessoas dessa faixa social preferem gastar com a educação e a saúde da família”. A pesquisa conclui que a população prefere investimentos sem grandes riscos, como a poupança ou até nem aplicar, deixando parado na conta corrente. Também afirma que os segmentos mais escolarizados tendem a investir em algo que envolve risco, como as ações.

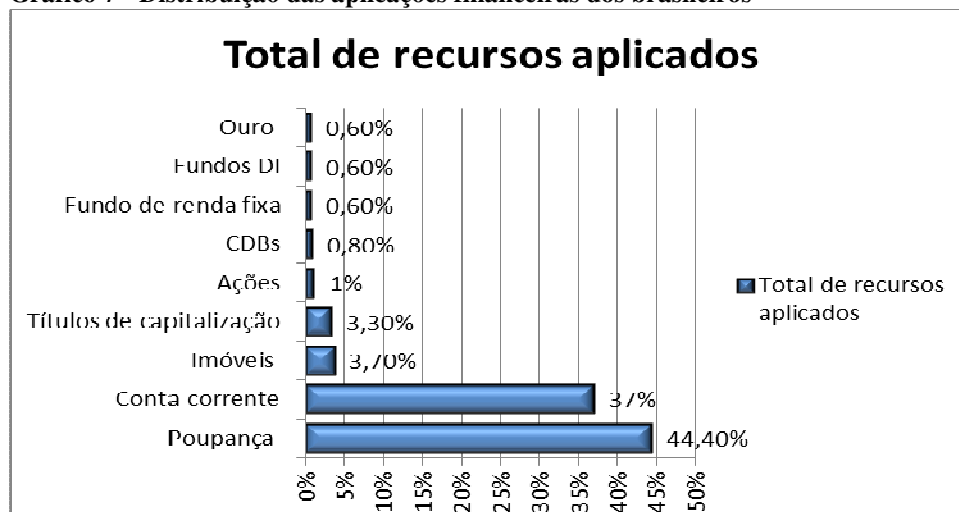
3.2 PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DO BRASILEIRO

De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Rosenfield a pedido da BM&FBOVESPA, tendo como participação duas mil pessoas de todas as classes sociais das

15 maiores regiões metropolitanas brasileiras, abrangendo 100 municípios, foram constatados os principais investimentos realizados pela população brasileira.

Pela pesquisa, foi observado que a conta poupança é o investimento preferido pela população, com 44,4% do total de recursos aplicados, seguida pela conta corrente, com 37%. Os imóveis, com 3,7%, e os títulos de capitalização (3,3%). Menos representativamente ficam as ações, com 1% das menções de investimentos; os Certificados de Depósito Bancário (CDBs), com 0,8%; os fundos de renda fixa, com 0,6%; os fundos DI, com 0,6%; e o ouro, com 0,6%. Abaixo se apresenta o gráfico 7 destacando esses investimentos.

Gráfico 7 - Distribuição das aplicações financeiras dos brasileiros



Fonte: Valor Econômico, 2013, elaborado pelo autor

Em outra pesquisa solicitada pela Anbima, intitulada de Radiografia do Investidor, realizada em maio de 2011 através de entrevista telefônica com 1000 pessoas brasileiras de 18 anos ou mais das classes ABC, obteve-se a estimativa de investidores Pessoas Físicas, que se assemelha a pesquisa de Rosenfield.

De acordo com a entrevista, 44% da população aplica em poupança (valor que equivale à pesquisa de Rosenfield), 7% em fundo de previdência (FAPI, VGBL ou PGBL), 7% em fundos de investimentos (DI/Renda fixa/ações/imobiliários/multimercado), 3% em ações (percentual também baixo em relação a outras aplicações), 3% em CDBs, 1% em letras hipotecárias, de crédito agrícola, de crédito imobiliário e 51% não tem nenhum tipo de investimento. De acordo com a pesquisa, que compara os investimentos com o período de 2005, a variação dos que aplicam em poupança e dos que não tem nenhum investimento foi a mais significativa. Nesses casos, a poupança em 2005 representava 35% dos investimentos, tendo uma elevação de 9% em 2011, assim como os que não tinham investimento, onde o

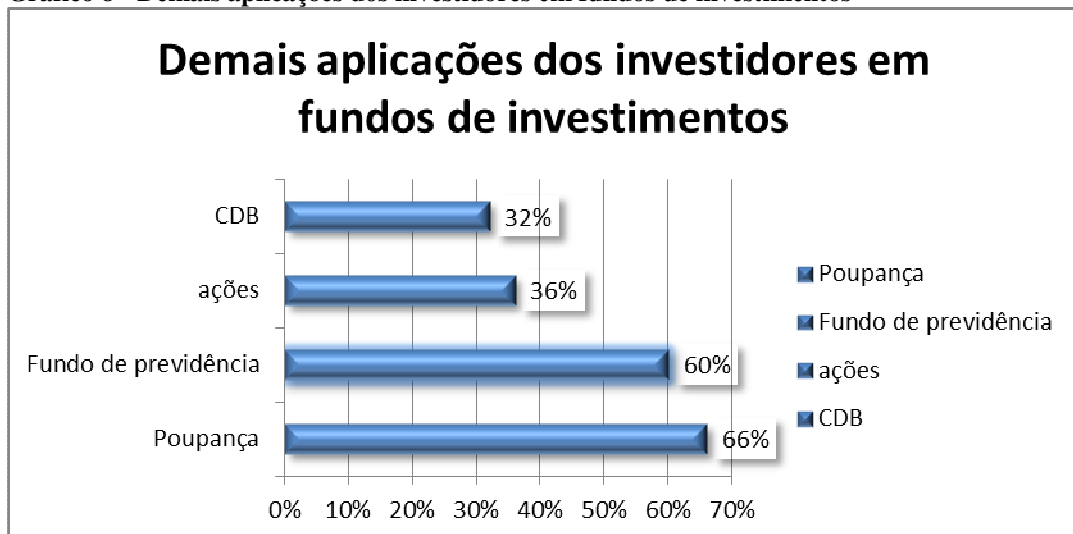
percentual diminuiu 14 pontos, partindo de 65% em 2005 para 51% em 2011. Isso mostra que uma parcela da população passou a fazer algum tipo de investimento.

Na mesma pesquisa solicitada pela Anbima, intitulada de Radiografia do Investidor, realizada em maio de 2011 através de entrevista telefônica, dessa vez com 604 pessoas das classes ABC, obteve-se a radiografia de investidores Pessoas Físicas, focada em um público que aplica em fundos de investimentos.

Os investidores em fundo são em sua maioria casados (70%), possuem renda de R\$9.600,00 (55%), idade entre 30 a 49 anos (57%), principalmente da classe A (62%), do sexo masculino (64%) e com filhos (74%).

Em relação ao público que investe em fundos, 66% aplicam em poupança, 60% em fundo de previdência, 36% em ações e 32% em CDB. Comparando com a estimativa dos investidores de maneira geral, é um público que diversifica mais o investimento, talvez por ter maior renda, maior conhecimento e mais experiência.

Gráfico 8 - Demais aplicações dos investidores em fundos de investimentos



Fonte: Anbima, 2011, elaborado pelo autor

3.3 MONTANTES E RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Apesar de a poupança ser o investimento mais conhecido entre os brasileiros, de acordo com a tabela 2 e gráfico 9 a seguir o maior montante em milhões de reais é referente aos fundos de investimentos, que apresenta uma crescente desde 2012 até 2014, totalizando em abril 1.983.269 milhões de reais, seguido pela poupança com R\$ 614.986 milhões e depósito a prazo com R\$ 571.957 milhões. Com isso pode-se perceber que, apesar de ter um

grande número de investidores em poupança (conforme destacado no subitem anterior dos investimentos brasileiros), o montante das aplicações realizadas nesse investimento são inferiores às dos fundos.

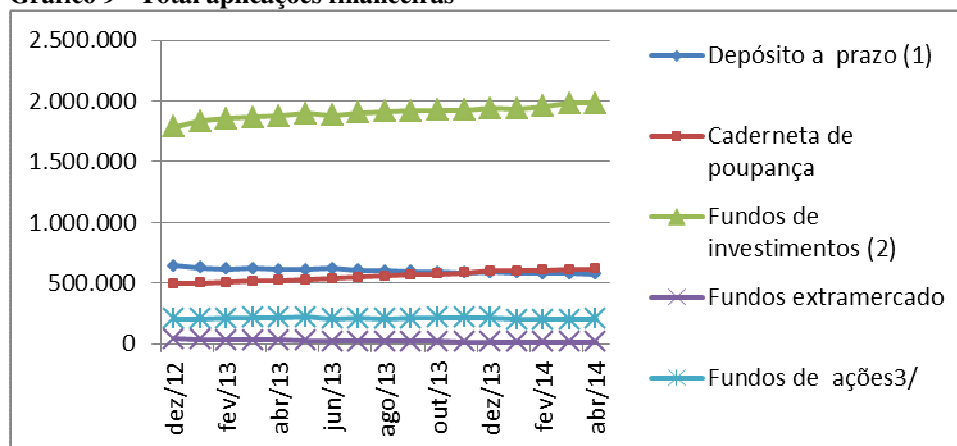
Tabela 2 - Total de Aplicações financeiras dez/2012 a abril/2014

Total de Aplicações financeiras dez/2012 a abril/2014					
Estoque				R\$ milhões	
Período	Depósito a prazo (1)	Caderneta de Poupança	Fundos de investimentos (2)	Fundos extramercado	Fundos de Ações (3)
dez/12	642.769	496.302	1.786.186	40.926	206.354
jan/13	624.665	500.836	1.836.788	34.353	207.290
fev/13	617.055	505.603	1.852.863	32.526	210.255
mar/13	622.476	513.829	1.864.287	31.864	213.510
abr/13	608.632	518.726	1.877.294	29.088	217.827
mai/13	612.930	526.649	1.895.304	23.683	218.253
jun/13	622.108	538.446	1.880.342	21.997	206.402
jul/13	607.881	550.217	1.904.243	21.976	208.706
ago/13	600.272	557.481	1.914.304	19.095	206.055
set/13	594.786	566.883	1.919.844	18.417	209.991
out/13	589.309	574.251	1.923.553	19.136	215.422
nov/13	583.408	583.729	1.921.603	17.131	213.260
dez/13	587.690	597.943	1.939.384	15.353	213.535
jan/14	584.447	602.795	1.934.332	14.860	200.885
fev/14	581.329	608.108	1.952.954	13.753	198.263
mar/14	578.933	612.912	1.979.747	13.946	202.062
abr/14	571.957	614.986	1.983.269	13.729	202.980

1-Dados referentes ao Art. 1º da Circular nº 2.132 de 6 de fevereiro de 1992.
 2-Composto por fundos cambial; curto prazo; renda fixa; multimercado; referenciado; e outros fundos ainda não enquadrados nas classes instituídas pela Instrução CVM nº 409 de 18 de agosto de 2004.
 3- Composto por fundos de investimento em ações, Fundos de Investimento em Títulos e Valores Mobiliários (FITVM)e Fundos Mútuos de Privatização (FMP-FGTS/FMP-FGTS-CL).

Fonte: Banco Central, 2014a

Gráfico 9 - Total aplicações financeiras



Fonte: Banco Central, 2014, elaborado pelo autor

Comparando-se o montante das mais expressivas aplicações com o rendimento nominal das aplicações financeiras, percebe-se que os fundos de investimentos (maior montante aplicado) têm apresentado uma rentabilidade superior às demais rentabilidades de renda fixa. A caderneta de poupança, segundo investimento com maior montante apresentou rentabilidade média de 6,8% ao ano.

Tabela 3 - Rendimentos nominais brutos das principais aplicações financeiras

Rendimentos nominais brutos das principais aplicações financeiras									
Período	Poupança (1)	CDB (2)			Fundos de investimento (4)		Ouro (5)	Dólar comercial (5)	Ibovespa (5)
		PJ não financeira	PF	Média (3)	Extramercado	Ações			
dez/10	0,64	0,82	0,9	0,83	0,91	7,03	-3,53	-2,91	2,36
Acumulado 2010	6,9	8,72	9,41	8,81	9,52	8,57	32,26	-4,31	1,04
dez/11	0,59	0,88	0,85	0,88	0,91	2,64	-6,59	3,58	-0,21
acumulado 2011	7,45	10,93	10,66	10,92	11,57	-7,16	15,85	12,58	-18,11
dez/12	0,5	0,46	0,5	0,47	0,82	3,23	-6,41	-3,03	6,05
acumulado 2012	6,48	7,75	7,9	7,82	11,99	8,68	15,26	8,94	7,4
dez/13	0,55	0,69	0,73	0,7	0,91	0,06	-2,16	0,76	-1,86
acumulado 2013	6,37	7,7	8,21	7,85	5,08	1,47	-17,35	14,64	-15,5
jan/14	0,61	0,8	0,86	0,82	0,19	-5,41	6,73	3,57	-7,51
fev/14	0,55	0,69	0,69	0,69	1,4	-0,99	2,18	-3,83	-1,14
mar/14	0,53	0,71	0,71	0,71	0,69	2,88	-4,76	-3,02	7,05
abr/14	0,55	0,7	0,72	0,71	0,08	1,15	-2,07	-1,19	2,4
acumulado 2014	2,26	2,94	3,01	2,97	2,38	-2,54	1,71	-4,55	0,23

1/ A rentabilidade, TR+0,5% a.m., refere-se a cadernetas com aniversário no primeiro dia do mês posterior ao assinalado (maior concentração) válido para depósitos realizados até 3.5.2012.

2/Taxa de captação da Circular nº 2.132 de 6 de fevereiro de 1992, artigo 2º. Taxa média mensal para o período de 30 dias.

3/ Taxa média dos CDB contratados no mês, incluindo os captados junto a investidores institucionais e instituições financeiras.

4/ Rentabilidade média estimada com base nas informações fornecidas pelas instituições financeiras.

5/ Variação em final de período.

Fonte: Banco Central, 2014a

A seguir um comparativo com a rentabilidade dos fundos de investimentos de abril, acumulada no ano de 2014 e acumulada nos 12 últimos meses. Com essa tabela é possível verificar um equilíbrio nas rentabilidades dos fundos de renda fixa e uma maior oscilação no multimercado e ações.

Tabela 4 - Rentabilidade dos fundos de investimento - abril 2014

Rentabilidades dos fundos de investimentos			
Tipos Anbima	%		
	mês	ano	Acumulada *
Curto Prazo	0,82	3,24	9,20
Referenciado DI	0,83	3,29	9,30
Renda Fixa	1,02	3,72	8,60
Renda Fixa Crédito Livre	0,86	3,25	8,70
Renda Fixa Índices	1,73	4,39	0,40
Longand Short - Neutro	1,19	3,10	9,10
Longand Short - Direcional	0,62	1,04	7,00
Multimercados Macro	0,57	0,93	7,30
Multimercados Trading	2,07	3,40	-3,30
Multimercados Multiestratégia	0,64	1,45	7,00
Multimercados Multigestor	0,52	1,02	5,50
Multimercados Juros e Moedas	0,96	3,22	6,60
Multimercados Estratégia Específica	0,97	4,06	13,40
Ações Ibovespa Ativo	0,98	-3,44	-4,30
Ações IBRX Ativo	2,31	-0,68	-3,00
Ações Livre	1,36	-2,72	-1,80
Ações SmallCaps	-0,28	-7,00	-13,90
Ações Dividendos	1,63	0,37	-2,70
Ações Sustentabilidade/Governança	2,69	-1,45	-2,00

* Rentabilidade acumulada em 12 meses

Fonte: Anbima, 2014, adaptado pelo autor

3.4 TAXAS DE JUROS

Para futuros investimentos, além de se saber como e onde investir, é importante ter um conhecimento do comportamento das taxas de juros, que servem como referenciais para rendimento das aplicações financeiras. A tabela 5 a seguir mostra o comportamento das principais taxas do mercado. Por ela percebe-se que as maiores taxas acumuladas no ano na posição de abril/2014 são a Selic (10,87% a.a.) seguida pela CDI (10,77%a.a.), TBF (9,68%a.a.), TJLP com 5%a.a., terminando com a TR 0,58%a.a.. Ou seja, os rendimentos baseados na taxa Selic ou CDI são os que estão dando mais retorno no atual momento, considerando-se as aplicações que utilizam essas taxas como referência.

A taxa Selic – over anual 2014 está em 10,90% a.a. (posição em 06/06/2014) e a Cetip 10,80% ao ano e 1,221160000% a.m. (BM&FBOVESPA, 2014c).

Tabela 5 - Taxas de juros efetivas

Taxas de juros efetivas										
Período	Selic overnight		CDI overnight		TR		TBF		TJLP	
	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.
jan/13	0,6	7,11	0,59	6,93	0	0	0,57	6,74	0,41	5
fev/13	0,49	7,13	0,48	6,96	0	0	0,47	6,83	0,41	5
mar/13	0,55	7,15	0,54	6,99	0	0	0,5	6,46	0,41	5
abr/13	0,61	7,26	0,6	7,1	0	0	0,56	6,6	0,41	5
mai/13	0,6	7,42	0,58	7,25	0	0	0,57	7,08	0,41	5
jun/13	0,61	7,9	0,59	7,72	0	0	0,57	7,48	0,41	5
jul/13	0,72	8,23	0,71	8,05	0,02	0,23	0,68	7,72	0,41	5
ago/13	0,71	8,45	0,7	8,27	0	0	0,65	7,68	0,41	5
set/13	0,71	8,9	0,7	8,72	0,01	0,09	0,66	8,19	0,41	5
out/13	0,81	9,25	0,8	9,16	0,09	1,01	0,77	8,8	0,41	5
nov/13	0,72	9,45	0,71	9,33	0,02	0,26	0,68	8,93	0,41	5
dez/13	0,79	9,9	0,78	9,78	0,05	0,59	0,72	8,99	0,41	5
jan/14	0,85	10,17	0,84	10,05	0,11	1,3	0,79	9,47	0,41	5
fev/14	0,79	10,42	0,78	10,32	0,05	0,68	0,74	9,79	0,41	5
mar/14	0,77	10,65	0,76	10,56	0,03	0,35	0,71	9,79	0,41	5
abr/14	0,82	10,87	0,82	10,77	0,05	0,58	0,74	9,68	0,41	5

Fonte: Banco Central, 2014a

Além da tabela 5 apresentada acima, nas tabelas abaixo estão representadas as principais taxas não compreendidas nessa tabela (índices e indexadores atualizados de 2014 que servem como base para remuneração dos principais investimentos).

Tabela 6 - IPA 2014

Índice IPA – M – 2014				Índice IPA - DI – 2014			
Mês	Do mês %	Acumulado no ano %	Acumulado nos últimos 12 meses %	Mês	Do mês %	Acumulado no ano %	Acumulado nos últimos 12 meses %
mai/14	-0,65	2,9322	8,3041	mai/14	-1,21	2,0806	7,4336
abr/14	0,79	3,6057	8,6856	abr/14	0,27	3,3309	8,7604
mar/14	2,2	2,7936	7,7043	mar/14	1,91	3,0526	8,0445
fev/14	0,27	0,5808	5,3964	fev/14	1	1,1212	6,1467
jan/14	0,31	0,31	5,3333	jan/14	0,12	0,12	5,1904

Fonte: Portal de finanças, 2014

Tabela 7 - IPC-DI de janeiro a maio/2014

IPC-DI FGV INDICE DE PRECO ACONSUMIDOR	
Mês	Valor da cotação (%)
mai/14	0,52
abr/14	0,77
mar/14	0,85
fev/14	0,66
jan/14	0,99

Fonte: Banco do Brasil, 2014

Tabela 8 - IGP/FGV de 2014

Índice IGP- DI – 2014				Índice IGP-M/FGV - 2014			
Mês	Do mês %	Acumulado no ano %	Acumulado nos últimos 12 meses %	Mês	Do mês %	Acumulado no ano %	Acumulado nos últimos 12 meses %
mai/14	-0,45	2,7499	7,2667	mai/14	-0,13	3,2117	7,8434
abr/14	0,45	3,2143	8,0964	abr/14	0,78	3,3461	7,9837
mar/14	1,48	2,752	7,5476	mar/14	1,67	2,5462	7,3087
fev/14	0,85	1,2534	6,3076	fev/14	0,38	0,8618	5,7677
jan/14	0,4	0,4	5,6224	jan/14	0,48	0,48	5,6729

Fonte: Portal de finanças, 2014

Tabela 9 - IPCA de janeiro a maio/2014

Índice IPCA/IBGE- 2014			
Mês	Do mês %	Acumulado no ano %	Acumulado nos últimos 12 meses %
mai/14	0,46	3,333	6,3751
abr/14	0,67	2,8598	6,2798
mar/14	0,92	2,1752	6,1531
fev/14	0,69	1,2438	5,6798
jan/14	0,55	0,55	5,5853

Fonte: Portal de finanças, 2014

Tabela 10 - Índices Bovespa -Ibovespa e IBX fevereiro a maio/2014

Ibovespa a vista				Índice Brasil -50 a vista			
Mês	% no mês	% no ano	% últ. 12 meses	mês	% no mês	% no ano	% últ. 12 meses
mai/14	-0,75	-0,52	-6,21	mai/14	-1,46	-0,72	-1,84
abr/14	2,4	0,23	-7,66	abr/14	2,88	0,75	-1,05
mar/14	7,05	-2,12	-10,54	mar/14	6,82	-2,07	-2,82
fev/14	-1,14	-8,57	-17,99	fev/14	-0,14	-8,33	-8,34

Fonte: BM&FBOVESPA, 2014c

Com essas tabelas apresentadas é permitido a futuro investidor fazer uma comparação entre os percentuais e buscar um investimento que utiliza o referencial que lhe proporciona o melhor rendimento. No capítulo a seguir é possível identificar os principais agentes remuneratórios de cada investimento e como investir.

3.5 CUSTOS DOS INVESTIMENTOS

Normalmente os investimentos envolvem custos, além dos rendimentos, que devem ser levados em consideração na hora da escolha do investimento. Os custos comumente encontrados ao fazer uma aplicação são os custos com taxa de administração e de corretagem já mencionados no capítulo 2. Além desses, alguns investimentos apresentam também cobrança de imposto de renda (regressivo – que vai reduzindo com o aumento do tempo de aplicação ou fixo, caso das ações por exemplo). Alguns outros custos não serão alvos de detalhamento neste subcapítulo.

A taxa de administração é o valor pago pela prestação de serviços de gestão e administração realizado pela instituição financeira. Normalmente é encontrada nos fundos de investimento, sendo representada em percentual ao ano (%a.a.) e paga mensalmente. O valor da taxa varia de investimento para investimento, normalmente sendo mais elevada em investimentos com estratégias mais complexas (ITAU ASSET MANAGEMENT, 2014). A taxa de administração incide sobre o total que se aplica e não só sobre o rendimento.

De acordo com a Anbima (2014), a média da taxa de administração cobrada pelos fundos na categoria varejo medida em abril/2014 pode ser encontrada na tabela a seguir, sendo a taxa média mais baixa a referente a fundos de renda fixa e a mais alta o de ações.

Tabela 11 - Média taxa de administração dos fundos – abril/2014

Média taxa de administração dos fundos – abril/2014	
Fundo de investimento	Média Taxa de administração
Referenciado DI	1,14%
Renda Fixa	1,06%
Multimercados	1,83%
Ações	2,17%

Fonte: Anbima, 2014

Os investimentos que têm a cobrança de imposto de renda sobre rendimento seguem a tabela a seguir, iniciando com cobrança de 22,5% quando resgatado em menos de seis meses, passando para 15% quando resgatado após dois anos.

Tabela 12 - Imposto de Renda sobre investimento

Imposto de Renda	
Prazo de resgate	Imposto sobre rendimento
até 6 meses	22,50%
entre 6 meses a 1 ano	20%
entre 1 a 2 anos	17,50%
acima de 2 anos	15%

Fonte: Banco central, 2014a, elaborado pelo autor

Alguns investimentos apresentam também cobrança de IOF sobre rendimentos quando resgatados antes de 30 dias, seguindo a tabela apresentada abaixo, começando com 96% quando resgatado no 1º dia, sendo isento no 30º dia.

Tabela 13 – IOF

IOF					
Número de Dias	% Limite do Rendimento	Número de Dias	% Limite do Rendimento	Número de Dias	% Limite do Rendimento
1	96	11	63	21	30
2	93	12	60	22	26
3	90	13	56	23	23
4	86	14	53	24	20
5	83	15	50	25	16
6	80	16	46	26	13
7	76	17	43	27	10
8	73	18	40	28	6
9	70	19	36	29	3
10	66	20	33	30	0

Fonte: Banco Central, 2014a, adaptado pelo autor

Para os investimentos que envolvem taxa de corretagem, a Bovespa sugere uma tabela de corretagem para cobrança de taxa de acordo com valor investido, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 14 - Tabela de corretagem Bovespa

Tabela de Corretagem Bovespa					
Volume Financeiro Negociado		Taxa de Corretagem			
De	Até	%	Adicional	Mínimo	Máximo
R\$ 0,01	R\$ 135,07	0,00%	R\$ 2,70	R\$ 2,70	R\$ 2,70
R\$ 135,08	R\$ 498,62	2,00%	R\$ 0,00	R\$ 2,70	R\$ 9,97
R\$ 498,63	R\$ 1.514,69	1,50%	R\$ 2,49	R\$ 9,97	R\$ 25,21
R\$ 1.514,70	R\$ 3.029,38	1,00%	R\$ 10,06	R\$ 25,21	R\$ 40,35
R\$ 3.029,39	∞	0,50%	R\$ 25,21	R\$ 40,35	∞

Fonte: ADTVN, 2014

Para completar, outro custo encontrado em algumas aplicações é o de custódia. A custódia é o valor que as instituições cobram para manter os títulos sob seu controle. Em média é cobrado um valor equivalente a R\$ 10,00, mas pode ser maior ou menor dependendo da corretora.

Antes de se fazer qualquer investimento, é importante comparar os valores cobrados pelas instituições financeiras, corretoras, distribuidoras para escolher aquela que apresenta os custos mais baixos a fim de obter rendimentos mais altos, tendo em vista que esses custos reduzirão o retorno obtido.

3.6 DADOS SOBRE PRINCIPAIS INVESTIMENTOS, POSIÇÃO 2014 (COMO INVESTIR, TAXAS, RENDIMENTOS, PRAZOS)

A seguir estão destacados os principais investimentos teorizados no capítulo 3 deste trabalho, mostrando na prática como funciona cada investimento em relação às aplicações, prazos, rendimentos, impostos, tarifas. Esse capítulo visa apresentar uma base para se fazer a melhor escolha de acordo com o perfil do investidor levando-se em consideração o prazo, o retorno que se deseja obter e os riscos dispostos a correr e ter uma consciência dos custos que cada aplicação exige como desembolso. São apresentados inicialmente os investimentos com uma renda fixa, partindo para os de renda variável, com conseqüente elevação de risco.

3.6.1 Título de capitalização

Os títulos de capitalização são ofertados pelas Sociedades de Capitalização (SCs).

Características quanto a prazos, rendimentos, valor mínimo e forma de pagamento vão depender de instituição para instituição. Os pagamentos podem ser mensais ou únicos.

A remuneração mínima vai de 20% dos juros da caderneta de poupança a um percentual da poupança (FORTUNA, 2008, p. 310). Tem como atrativo os sorteios de valores.

Quanto ao prazo, normalmente possui carência para retirada de recurso, que depende das Condições Gerais do Título de cada banco. Se retirar antes, perde parte do dinheiro aplicado.

Tem tributação de imposto de renda.

3.6.2 Caderneta de poupança

A caderneta de poupança é uma forma de poupar dinheiro. Pode ser encontrada em bancos, sendo que não existe valor mínimo para aplicar.

O rendimento da poupança feito a partir de 2012 é de 0,5% ao mês acrescido da TR quando a taxa Selic for superior a 8,5%. Quando a taxa Selic estiver em 8,5% ou menos ao ano, a poupança rende 70% da Selic mais a TR. A tabela 15 mostra o rendimento da poupança de abril a maio de 2014.

Os valores depositados e mantidos em depósito por prazo inferior a um mês não recebem remuneração (Banco Central, 2014b).

Em relação aos tributos, a poupança é isenta de imposto de renda e IOF (COMO INVESTIR, 2014c).

É um investimento de baixo risco e garantido pelo Fundo Garantidor de Crédito até o valor de R\$ 250.000,00 por investidor por instituição financeira.

Tabela 15 - Rendimento poupança – abril a maio 2014

Rendimento poupança – abril a maio 2014							
Data	Data fim	Depósitos até 03.05.2012			Depósitos a partir de 04.05.2012 (*)		
		Remuneração básica	Remuneração adicional	Remuneração total	Remuneração básica	Remuneração adicional	Remuneração total
17/04/2014	17/05/2014	0,0289	0,5000	0,5290	0,0289	0,5000	0,5290
18/04/2014	18/05/2014	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,5000	0,5000
19/04/2014	19/05/2014	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,5000	0,5000
20/04/2014	20/05/2014	0,0000	0,5000	0,5000	0,0000	0,5000	0,5000
21/04/2014	21/05/2014	0,0268	0,5000	0,5269	0,0268	0,5000	0,5269
22/04/2014	22/05/2014	0,0664	0,5000	0,5667	0,0664	0,5000	0,5667
23/04/2014	23/05/2014	0,0688	0,5000	0,5691	0,0688	0,5000	0,5691
24/04/2014	24/05/2014	0,0479	0,5000	0,5481	0,0479	0,5000	0,5481
25/04/2014	25/05/2014	0,0529	0,5000	0,5532	0,0529	0,5000	0,5532
26/04/2014	26/05/2014	0,0119	0,5000	0,5120	0,0119	0,5000	0,5120
27/04/2014	27/05/2014	0,0409	0,5000	0,5411	0,0409	0,5000	0,5411
28/04/2014	28/05/2014	0,0796	0,5000	0,5800	0,0796	0,5000	0,5800

Fonte: Banco Central, 2014b

3.6.3 Certificado de depósito bancário (CDB) e Recibo de depósito bancário (RDB)

Para aplicações em CDB e RDB, o investidor pode recorrer a bancos, corretoras ou distribuidoras.

A aplicação mínima varia de instituição para instituição. Em algumas o investimento mínimo é de R\$ 100,00. No Banco do Brasil, o valor mínimo é de R\$ 500,00 para aplicações no BB CDB DI PARCERIA (sem prazo definido), BB CDB DI (prazo 5 anos) e BB CDB PRE (prazo de 5 anos). Na Caixa Econômica Federal, o valor mínimo é de R\$ 200,00 no CDB Flex (prazo de 2 a 1800 dias) e nos demais é de R\$ 1.000,00, variando no prazo (BANCO DO BRASIL; CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2014).

O rendimento do investimento costuma ser baseado em taxa de juros estabelecidas na hora da compra ou percentual do CDI ou da taxa Selic. A rentabilidade é atualizada a cada dia (COMO INVESTIR, 2014c). Segundo o Portal Brasil (2014), as taxas de rentabilidade podem ser pré-fixada (definida previamente na aplicação), pós-fixada (definida posteriormente) ou com taxas flutuantes (proporcionando rendimentos em percentuais do CDI normalmente, mas também por TR, TJLP e inflação). No caso dos investimentos efetuados em CDB no Banco do Brasil, a tabela 16 apresenta os rendimentos das aplicações BB CDB DI e BB CDB DI Parceria em percentual do CDI (BANCO DO BRASIL, 2014)

Tabela 16 - Rendimentos BB CDB DI e CDB DI Parceria

Rendimentos BB CDB DI e CDB DI Parceria				
% do CDI	Nov. 2013	Dez. 2013	Acumul. 2013	Acumul. 12 meses
81,00%	0,58	0,63	6,49	6,49
83,00%	0,59	0,65	6,65	6,65
88,00%	0,63	0,69	7,07	7,07
92,00%	0,65	0,72	7,4	7,4
97,00%	0,69	0,76	7,81	7,81
100%	0,71	0,78	8,06	8,06

Fonte: Banco do Brasil, 2014

Quanto ao prazo, os CDB/RDBs possuem data de vencimento, que variam conforme o produto adquirido. Pode haver prazo de carência que, se houver, não é possível solicitar resgate. Nesse caso, assim que for encerrada a carência é possível resgatar a qualquer momento.

Em relação a taxas e custos, se adquirido no banco não possui. Diferentemente se for comprado de corretora, que poderá cobrar taxa de custódia e taxa de corretagem.

É um investimento de baixo risco e garantido pelo Fundo Garantidor de Crédito até o valor de R\$ 250.000,00 por investidor por instituição financeira.

Sobre impostos, tem cobrança de Imposto de Renda variando de 22,5% a 15% conforme tabela 12 e IOF (de 96% a zero) conforme tabela 13 apresentadas no subcapítulo 3.5.

3.6.4 Títulos Públicos - Tesouro Direto

a) Título público prefixado

Os títulos públicos prefixados LTN e NTN-F, podem ser adquiridos diretamente no site do Tesouro Direto ou via bancos, corretoras ou distribuidoras.

O investimento inicial varia em torno de R\$ 70,00. Na CEF o valor mínimo é 20% do título, ou de aproximadamente 100 reais. No Banco do Brasil, o limite mínimo é de 10% do valor do título, respeitando o valor mínimo de R\$ 30,00 (Banco do Brasil, 2014)

A remuneração é por taxa de juros estabelecida no momento da compra.

Possuem data de vencimento, podendo também ser revendidos no Tesouro Direto às quartas-feiras, a preço do mercado.

Em relação a taxas e custos, é cobrada taxa de custódia de 0,30% ao ano. Também pode ser cobrada taxa pela instituição intermediadora, que varia de zero a 2% a.a. No BB é de 0,5% a.a. e na Caixa 0,40% a.a.

Sobre impostos, tem cobrança de Imposto de Renda variando de 22,5% a 15% conforme tabela 12 e IOF (de 96% a zero) conforme tabela 13 apresentadas no subcapítulo 3.5.

b) Título público pós-fixado

Os títulos públicos pós-fixados – LFT e títulos públicos de inflação NTN-B, podem ser adquiridos diretamente no site do Tesouro Direto ou via bancos, corretoras ou distribuidoras.

O investimento inicial para LFT varia em torno de R\$ 600,00 e para NTN-B a partir de R\$ 60,00 aproximadamente (COMO INVESTIR, 2014c).

A remuneração para a LFT é pela variação da taxa Selic. Já para a NTN-B é a taxa de juros estabelecida na hora da compra mais a variação da inflação.

Possuem data de vencimento, podendo também ser revendidos no Tesouro Direto as quartas-feiras, a preço do mercado.

Em relação a taxas e custos, é cobrada taxa de custódia de 0,30% ao ano. Também pode ser cobrada taxa pela instituição intermediadora, que varia de zero a 2% a.a.

Sobre impostos, tem cobrança de Imposto de Renda variando de 22,5% a 15% conforme tabela 12 e IOF (de 96% a zero) conforme tabela 13 apresentadas no subcapítulo 3.5.

3.6.5 Previdência Privada

a) PGBL – Plano gerador de benefícios livres

A forma de pagamento do benefício do aplicador dependerá da modalidade de renda contratada (renda mensal vitalícia, temporária, vitalícia com prazo mínimo garantido, vitalícia reversível ao beneficiário, vitalícia reversível ao cônjuge com continuidade aos menores e renda mensal por prazo certo).

A remuneração do plano é por taxa de juros, variando de 0 a 6% e índice de atualização de preço (SUSEP, 2014).

Esse plano é indicado para quem faz contribuição ao INSS e declaração de imposto de renda completo, uma vez que as contribuições podem ser deduzidas do imposto de renda até o limite de 12% no cálculo da declaração anual do imposto.

Em relação à tributação, incide imposto de renda sobre o valor total resgatado, que incluir a contribuição e rentabilidade (Susep, 2014). Já em relação às taxas, existe a de carregamento que, para os planos com contribuição variável é de no máximo 10% da contribuição e para planos com benefício definido de no máximo 30% da contribuição. Os planos PGBL são estruturados na modalidade Contribuição Variável, sendo o carregamento nesse caso equivalente a no máximo 10%.

O prazo para pedido de resgate ou portabilidade deve obedecer a carência de no mínimo 60 dias e no máximo 24 meses para resgate total, 60 dias a 6 meses para resgate parcial e 60 dias para portabilidade.

b) FAPI – Fundo de aposentadoria programada individual

É um fundo resgatado de uma só vez, diferente do PGBL que existem diversas modalidades.

Em relação aos impostos, há cobrança de imposto de renda sobre os ganhos e não sobre o total.

3.6.6 LCI – Letras de crédito imobiliário

A compra pode ser feita em bancos, corretoras e distribuidoras autorizadas pelo Banco Central.

O investimento inicial varia de acordo com a instituição. Em algumas o valor inicia em R\$ 1.000,00. (COMO INVESTIR, 2014c)

O rendimento também varia, mas costuma ser por taxa de juros estabelecida na compra ou percentual da Selic ou do CDI (COMO INVESTIR, 2014c). As LCIs podem ser pós ou prefixadas.

Quanto ao prazo, possuem data de vencimento que varia conforme o produto adquirido. Pode haver prazo de carência que, se houver, não é possível solicitar resgate. Nesse caso, assim que for encerrada a carência é possível resgatar a qualquer momento (COMO INVESTIR, 2014c). Segundo o Banco do Brasil (2014), o resgate pode ocorrer a partir do primeiro dia útil após a carência de 60 dias.

Em relação a taxas e custos, se adquirido no banco não possui. Diferentemente se for comprado de corretora, que poderá cobrar taxa de custódia e taxa de corretagem.

Sobre impostos, são isentas de Imposto de Renda e IOF reduzida à zero..

É um investimento de baixo risco e garantido pelo Fundo Garantidor de Crédito até o valor de R\$ 250.000,00.

3.6.7 Letras Hipotecárias

São emitidos por instituições financeiras autorizadas a conceder créditos hipotecários, caracterizado por ser renda fixa e com baixa liquidez.

O investimento inicial costuma ser alto. Na Caixa Econômica Federal o valor mínimo é de aproximadamente R\$ 20.000,00.

O rendimento varia, podendo ser por juros prefixados, flutuantes e pós-fixados em TR, TBF, TJLP ou atrelada a algum índice, como o CDI. Quanto maior o prazo, maior a rentabilidade. O risco é o risco do emissor, caso quebre e não possa pagar os valores.

Prazo mínimo de 180 dias e prazo máximo de acordo com o vencimento dos créditos hipotecários. Se resgatado antes não tem rentabilidade (FORTUNA, 2008, p. 180).

Em relação à tributação, não tem imposto de renda sobre o ganho de capital das aplicações realizadas por pessoa física nem IOF. (FORTUNA, 2008, p. 180).

É uma operação garantida pelo fundo garantidor de crédito (YINVESTIMENTO, 2014).

3.6.8 Debêntures

Podem ser adquiridas através de bancos, corretores e distribuidoras.

O investimento inicial varia, mas normalmente é a partir de R\$ 1.000,00.

A remuneração também varia, mas costuma ser pela taxa de juros estabelecida na hora da compra mais a variação da inflação, ou percentual do CDI ou da taxa Selic.

Quanto ao prazo, possuem data de vencimento, mas podem ser vendidas no mercado a qualquer momento a preços de mercado.

Em relação às taxas e custos, podem ser cobradas taxa de custódia e taxa de corretagem pela instituição que faz a intermediação da negociação.

Sobre impostos, tem cobrança de Imposto de Renda variando de 22,5% a 15% conforme tabela 12 e IOF (de 96% a zero) conforme tabela 13 apresentadas no subcapítulo 3.5.

3.6.9 Ouro

O investimento em ouro é comumente realizado na Bolsa de Valores, principalmente por ser mais seguro. As compras acontecem através das corretoras ou instituições financeiras autorizadas. O investidor não precisa receber as barras, podendo apenas negociar os contratos e manter o metal com o custodiante.

O preço do ouro é dado pela variação do preço do dólar no mercado flutuante e do preço do metal da Bolsa de Nova York. A cotação do dia 18/06/2014 de 1g de ouro fechou na Bovespa no valor de R\$ 91,50 (BM&FBOVESPA, 2014e). “A negociação mínima é de um contrato, que pode ser o lote-padrão de 250g ou os contratos fracionários de 10g e de 0,225g, que têm preços mais acessíveis, mas têm menor liquidez” (YAZBECK, 2014). Nesse caso, o contrato mínimo de 250g sairia por R\$ 22.875,00. Assim como as ações, o contrato pode ser negociado na bolsa através de compra e venda.

Como custos, assim como os investimentos em ações, o investimento em ouro tem as taxas de corretagem, de custódia e de seguro para transporte (no caso de retirada de barras de ouro).

O imposto de renda segue a mesma linha do investimento em ação (15% fixo), sendo isento para o valor total de venda até R\$ 20.000,00 em um único mês, isso quando negociado como ativo financeiro. Essa isenção não é válida para compra de ouro no mercado à vista, quanto há a entrega física do metal (SANDRINI, 2014).

3.6.10 Ações

As ações de uma empresa S.A. podem ser encontradas nas Bolsas de Valores ou no mercado de balcão (sociedades corretoras de valores ou de mercadorias, as distribuidoras e os bancos de investimento).

O rendimento das ações depende do tipo de aplicação realizada, do comportamento das ações, dos fatores macroeconômicos, na oferta e demanda dos papéis, entre outros. Cabe ao investidor acompanhar a aplicação e decidir quando/quanto vender e quando/quanto comprar a fim de obter o resultado esperado.

Em relação ao prazo, não existe um prazo mínimo ou máximo para a compra ou venda de ações. Uma ação pode ser comprada e vendida num mesmo dia, por exemplo (day trade).

Também não existe um valor mínimo para investir em ações, mas como existem diversos custos na aplicação em ações, cabe ao investidor analisar se vale à pena investir em ações considerando os custos no investimento (BM&FBOVESPA, 2014d). Por exemplo, se investe 100 reais em ações e escolhe uma corretora que cobra 15 reais de custódia e 10 reais de taxa de corretagem, para valer a pena o rendimento terá que ser superior a 25 reais, ou seja, 25% num mês.

Em relação aos impostos, como regra geral, o IR sobre ganhos com ações é de 15% (ganho é a diferença do valor de compra e venda), sendo cobrado na saída do rendimento. Se o investidor vender menos que R\$20.000,00 em ações num determinado mês, seus ganhos deste período serão isentos de IR (BM&FBOVESPA, 2014d).

Em relação às taxas, de acordo com BM&FBOVESPA (2014b), as taxas comumente cobradas são as taxas de corretagem e de custódia, que vão depender da corretora/banco. A taxa de corretagem é o valor cobrado pelo acesso ao mercado, podendo ser uma porcentagem da operação realizada ou um valor fixo. A taxa de custódia é o valor cobrado mensalmente pela guarda das ações pela Bolsa e pelos serviços oferecidos pela corretoras/bancos. Dependendo da instituição contratada, essa taxa pode ser até gratuita.” (PORTAL DO INVESTIDOR, 2014).

Segundo o Portal do Investidor (2014) também existem emolumentos cobrados pelas entidades em que os ativos são negociados, emolumentos da BM&FBOVESPA e custos do processo de liquidação. No caso dos mercados de opções e a termo também pode ter cobrança de taxa de registro da operação (PORTAL DO INVESTIDOR, 2014). Segundo o Portal, essas taxas são cobradas dos intermediários, que podem ou não repassá-las ao investidor. As tabelas com as taxas e custos podem ser consultadas nas intermediadoras das ações.

3.6.11 Fundos de Investimentos

Podem ser adquiridos através de bancos, corretoras e distribuidoras. O valor mínimo de aplicação depende da instituição e do tipo de fundo que se deseja adquirir, assim como o rendimento e prazo. Possuem normalmente taxa de administração para remunerar o gestor dos fundos, além de poderem ter taxa de performance.

Sobre impostos, tem cobrança de Imposto de Renda variando de 22,5% a 15% conforme tabela 12 e IOF (de 96% a zero) conforme tabela 13 apresentadas no subcapítulo 3.5 e um come-cotas (COMO INVESTIR, 2014c). O come-cotas é uma espécie de adiantamento obrigatório do imposto de renda, que ocorre sempre no último dia dos meses de maio e novembro e tem esse nome por diminuir a quantidade de cotas total. Para os fundos de ações não existe o come-cotas, sendo o imposto de renda recolhido no resgate da aplicação. Nos fundos de longo prazo é de 15% e de curto prazo 20% (YINVESTIMENTO, 2014). Ao incidir o imposto de renda sobre o rendimento, o imposto já retido no come-cotas é descontado.

Não são garantidos pelo fundo garantidor de crédito (FGC).

A seguir estão apresentados os principais tipos de fundos de investimentos e um ranking dos principais fundos de 2013. Alguns fundos apresentados a seguir apresentam informações complementares também.

a) Fundos de renda fixa

Podem ser adquiridos através de bancos, corretoras e distribuidoras. O valor mínimo de aplicação depende da instituição. Algumas exigem no mínimo R\$ 100,00.

A remuneração não é conhecida de antemão. Dependerá dos ativos de renda fixa que estiverem na carteira do fundo. (COMO INVESTIR, 2014c).

Quanto ao prazo, os fundos não tem data de vencimento. Pode haver prazo de carência que, se houver, não é possível solicitar resgate. Pode haver prazo entre o pedido de resgate e sua efetivação.

Em relação a taxas e custos, têm taxa de administração que remunera os responsáveis pela gestão dos fundos.

Sobre impostos, tem cobrança de IOF e IR conforme acima apresentada e um come-cotas, nos meses de maio e novembro há tributação de 15% como antecipação do IR devido.

Os melhores fundos de renda fixa de 2013 podem ser encontrados na figura a seguir, que informa o nome dos fundos/instituição, categoria, rentabilidade, investimento mínimo e taxa de administração. Pode servir como referencia caso se deseje fazer aplicação nesse tipo de fundo.

Tabela 17 - Ranking dos melhores fundos de 2013 de renda Fixa

Fundos de Investimento	Categoria FGV/Exame	Rentab. em 12 meses*	Investimento Mínimo	Taxa de Administração
Caixa FIC Relacionamento Personal RF LP	Renda fixa	6,6%	R\$ 20.000	0,70%
Geração FIC de FI REF DI	Renda fixa	6,6%	R\$ 100	0,60%
Itaú Uniclass Maxi Renda Fixa FICFI	Renda fixa	6,2%	R\$ 10.000	1,75%
Itaú Max Renda Fixa FICFI	Renda fixa	6,0%	R\$ 10.000	1,80%
XP Inflação FI Renda Fixa Longo Prazo	Renda fixa	9,1%	R\$ 1.000	0,61%
Bradesco FIC de FI RF Marte	Renda fixa	6,6%	R\$ 50.000	1,00%
Caixa FIC Dinâmico RF Longo Prazo	Renda fixa	6,4%	R\$ 30.000	1,00%
Bradesco FIC de FI RF Multi-índices	Renda fixa	6,1%	R\$ 10.000	2,00%

Fonte: Exame, 2014b

b) fundos DI e curto prazo

Os fundos DI costumam seguir a variação diária das taxas de juros (Selic/DI) e se beneficiam com o cenário de alta de juros. São de baixo risco de crédito.

Os fundos de curto prazo podem ser de renda fixa, pós ou prefixados e a rentabilidade está atrelada a taxa de juros (SELIC ou CDI).

O prazo médio da carteira é de no máximo 60 dias e investe em papéis com prazo máximo de 365 dias, sendo considerados de curtíssimo prazo e conservadores, por suas cotas serem menos sensíveis às oscilações da taxa de juros (AGORA CORRETORA, 2014).

Os fundos de curto prazo têm incidência de Imposto de renda, sendo de 22,5% para resgate até 6 meses e 20% para resgates com prazo superior a 6 meses. (BANCO DO BRASIL, 2014).

Os melhores fundos DI e curto prazo de 2013 podem ser encontrados na figura a seguir, que informa o nome dos fundos/instituição, categoria, rentabilidade, investimento mínimo e taxa de administração. Pode servir como referência caso se deseje fazer aplicação nesse tipo de fundo.

Tabela 18 - Ranking dos melhores fundos de 2013 -fundos DI e curto prazo

Fundos de Investimento	Categoria FGV/Exame	Rentab. em 12 meses*	Investimento Mínimo	Taxa de Administração
XP Referenciado FI Referenciado DI	DI e Curto Prazo	6,9%	R\$ 50	0,40%
Caixa FIC Pleno REF DI LP	DI e Curto Prazo	6,7%	R\$ 2.500	0,70%
Bradesco FIC de FI REF DI Platinum	DI e Curto Prazo	6,5%	R\$ 50.000	1,00%
BB Referenciado DI LP Classe 200 FICFI	DI e Curto Prazo	6,4%	R\$ 200	1,00%
Uniclass Liquidez DI FICFI Referenciado	DI e Curto Prazo	6,2%	R\$ 10.000	1,00%
Sidicredi FI Invest Plus CP	DI e Curto Prazo	6,2%	R\$ 1.000	1,00%
Bradesco FIC de FI REF DI Topázio	DI e Curto Prazo	6,0%	R\$ 20.000	1,50%
Santander FIC FI MAX Referenciado DI	DI e Curto Prazo	6,0%	R\$ 10.000	1,50%

Fonte: Exame, 2014b

c) fundos de multimercado

Seguem as características informadas na introdução geral sobre fundos. Costumam ser fundos mais arriscados.

Os melhores fundos de “multimercado” de 2013 podem ser encontrados na figura a seguir, que informa o nome dos fundos/instituição, categoria, rentabilidade, investimento mínimo e taxa de administração. Pode servir como referência caso se deseje fazer aplicação nesse tipo de fundo.

Tabela 19 - Ranking 2013 dos melhores fundos multimercado

Fundos de Investimento	Categoria FGV/Exame	Rentab. em 12 meses*	Investimento Mínimo	Taxa de Administração
XP Unique Quant FI Multimercado	Multimercado	11,3%	R\$ 1.000	2,18%
Caixa FIC Long Short Multimercado LP	Multimercado	7,6%	R\$ 5.000	1,50%
Uniclass Multigestor Plus FICFI MULTI	Multimercado	8,3%	R\$ 5.000	0,50%
XP Long Short FI Multimercado	Multimercado	8,1%	R\$ 1.000	2,00%
Caixa FIC Cambial Dólar	Multimercado	11,0%	R\$ 1.000	1,00%
Santander FIC FI Total Van Gogh Multimercado	Multimercado	6,8%	R\$ 10.000	1,50%
Caixa FIC Estratégico Multimercado LP	Multimercado	3,5%	R\$ 10.000	1,20%
Bradesco FIC FI Multi Golden Profit Din	Multimercado	-1,4%	R\$ 1.000	3,00%

Fonte: Exame, 2014b

d) fundo de ações indexado

O fundo de ações tem imposto de renda fixo em 15%. Assim como multimercado, são fundos com maior risco.

Os melhores fundos de “ações indexado” e “ações ativo” de 2013 podem ser encontrados nas tabelas a seguir, que informa o nome dos fundos/instituição, categoria, rentabilidade, investimento mínimo e taxa de administração. Pode servir como referência caso se deseje fazer aplicação nesse tipo de fundo.

Tabela 20- Ranking dos melhores fundos de 2013 de ações indexado

Fundos de Investimento	Categoria FGV/Exame	Rentab. em 12 meses*	Investimento Mínimo	Taxa de Administração
Itaú Índice Ações Ibovespa FICFI	Ações Indexado	-14,0%	R\$ 1.000	2,40%
Santander FIC FI índice Bovespa Ações	Ações Indexado	-14,7%	R\$ 1.000	3,00%
BB Ações Ibovespa Indexado FICFI	Ações Indexado	-15,0%	R\$ 200	3,00%
Bradesco FIC de FIA Iboevspa Indexado	Ações Indexado	-15,4%	R\$ 500	4,00%
BB Ações IBrX Indexado FICFI	Ações Indexado	-4,6%	R\$ 200	3,00%
Caixa FI Ações Ibovespa	Ações Indexado	-15,4%	R\$ 1.000	4,00%

Fonte: Exame, 2014b

Tabela 21 - Ranking dos melhores fundos de 2013 de ações ativo

Fundos de Investimento	Categoria FGV/Exame	Rentab. em 12 meses*	Investimento Mínimo	Taxa de Administração
Banrisul Ações FI	Ações ativo	39,0%	R\$ 100	5,00%
Bradesco FIC DE FIA BDR Nivel I	Ações ativo	30,1%	R\$ 10.000	2,50%
XP Absoluto Consumo FI de Ações	Ações ativo	17,1%	R\$ 5.000	2,13%
BB Ações Consumo FICFI	Ações ativo	15,6%	R\$ 200	1,00%
Caixa FI Ações Consumo	Ações ativo	14,7%	R\$ 10	1,60%
BB Ações Transporte e Logística FI	Ações ativo	16,6%	R\$ 200	2,00%
BB Ações Setor Financeiro FICFI	Ações ativo	12,8%	R\$ 200	1,00%
BB Ações Dividendos Midcaps FIC FI	Ações ativo	7,7%	R\$ 200	2,00%

Fonte: Exame, 2014b

3.7 COMPARAÇÃO DE RENDIMENTOS RENDA FIXA

Como visto nos subcapítulos anteriores, os investimentos em renda fixa possuem remunerações similares, podendo variar de um para o outro de acordo com a taxa ou índice de

referência, prazos e custos com impostos e taxas. Para se ter uma ideia de qual investimento é mais rentável, o site da Exame (2014a) disponibiliza uma calculadora criada pelo professor Samy Dana da FGV, que faz uma comparação dos investimentos mais seguros, podendo ser encontrada no site <http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/ferramentas/comparativo-de-rentabilidades/>.

Fazendo uma simulação de investimento em renda fixa, ao aplicar R\$ 500,00, 1.000,00 e 10.000,00 (apresentadas nas tabelas abaixo) pelos prazos de 6, 12, 24 e 60 meses, a poupança antiga é o melhor investimento nos dois primeiros períodos (6 e 12 meses). Considerando-se que não é mais possível aplicar na poupança antiga, dos investimentos vigentes o melhor investimento em todos os períodos é o investimento em tesouro direto. Seguido pelo investimento em CDB, nova poupança e, por fim, fundos DI.

Quando aplicados valores baixos, a diferença entre os rendimentos não é tão significativa, passando a aumentar com o aumento dos valores das aplicações. Por exemplo, comparando-se os investimentos em tesouro direto e fundos DI nas aplicações de R\$ 1.000,00 e R\$ 10.000,00, a diferença chega a quase 100 reais e 1.000,00 respectivamente.

Tabela22 - Comparação investimento renda fixa - R\$ 500,00

Parâmetros	6	12	24	60
Tempo de Investimento (em meses):	6	12	24	60
Montante a ser Investido:	500,00	500,00	500,00	500,00
Poupança antiga*				
Rentabilidade ao mês:	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%
Rendimento (em %):	3,04%	6,17%	12,72%	34,89%
Rendimento (em R\$):	15,19	30,84	63,58	174,43
Patrimônio Total (em R\$):	515,19	530,84	563,58	674,43
Nova poupança*				
Rentabilidade ao mês:	0,45%	0,45%	0,45%	0,45%
Rendimento (em %):	2,73%	5,54%	11,39%	30,95%
Rendimento (em R\$):	13,66	27,70	56,94	154,74
Patrimônio Total (em R\$):	513,66	527,70	556,94	654,74
(CDB)				
Rentabilidade Mensal (como % do CDI):	90%	90%	90%	90%
Alíquota de IR:	22,5%	20,0%	17,5%	15,0%
Rendimento (em %):	2,73%	5,74%	12,26%	35,19%
Rendimento (em R\$):	13,66	28,70	61,31	175,96
Patrimônio Total (em R\$):	513,66	528,70	561,31	675,96
Tesouro Direto*				
Rentabilidade Mensal:	0,64%	0,64%	0,64%	0,64%
Alíquota de IR:	22,5%	20,0%	17,5%	15,0%
Rendimento (em %):	2,92%	6,14%	13,16%	38,05%
Rendimento (em R\$):	14,60	30,71	65,78	190,23
Patrimônio Total (em R\$):	514,60	530,71	565,78	690,23
Fundos DI				
Rentabilidade Mensal (como % do CDI):	90%	90%	90%	90%
Alíquota de IR:	22,5%	20,0%	17,5%	15,0%
Taxa de Administração (% a.a):	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%
Taxa de Administração (% ao mês):	0,125%	0,125%	0,125%	0,125%
Rendimento (em %):	2,15%	4,53%	9,75%	28,58%
Rendimento (em R\$):	10,74	22,66	48,76	142,88
Patrimônio Total (em R\$):	510,74	522,66	548,76	642,88

* Poupança antiga: depósitos feitos até 03/05/2012, rentabilidade de 0,5% ao mês mais TR

* Nova poupança: Depósitos feitos a partir de 04/05/2012. Obedecendo as novas regras

* Investimento em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), títulos remunerados pela taxa Selic por meio de uma corretora que não cobre taxa de administração

Fonte: Exame, adaptado pelo autor, 2014a

Tabela23 - Comparação investimento renda fixa - R\$ 1.000,00

Parâmetros				
Tempo de Investimento (em meses):	6	12	24	60
Montante a ser Investido:	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Poupança antiga*				
Rentabilidade ao mês:	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%
Rendimento (em %):	3,04%	6,17%	12,72%	34,89%
Rendimento (em R\$):	30,38	61,68	127,16	348,85
Patrimônio Total (em R\$):	1030,38	1061,68	1127,16	1348,85
Nova poupança*				
Rentabilidade ao mês:	0,45%	0,45%	0,45%	0,45%
Rendimento (em %):	2,73%	5,54%	11,39%	30,95%
Rendimento (em R\$):	27,33	55,40	113,88	309,47
Patrimônio Total (em R\$):	1027,33	1055,40	1113,88	1309,47
(CDB)				
Rentabilidade Mensal (como % do CDI)	90%	90%	90%	90%
Alíquota de IR:	22,5%	20,0%	17,5%	15,0%
Rendimento (em %):	2,73%	5,74%	12,26%	35,19%
Rendimento (em R\$):	27,32	57,40	122,62	351,92
Patrimônio Total (em R\$):	1027,32	1057,40	1122,62	1351,92
Tesouro Direto*				
Rentabilidade Mensal:	0,64%	0,64%	0,64%	0,64%
Alíquota de IR:	22,5%	20,0%	17,5%	15,0%
Rendimento (em %):	2,92%	6,14%	13,16%	38,05%
Rendimento (em R\$):	29,20	61,43	131,56	380,45
Patrimônio Total (em R\$):	1029,20	1061,43	1131,56	1380,45
Fundos DI				
Rentabilidade Mensal (como % do CDI):	90%	90%	90%	90%
Alíquota de IR:	22,5%	20,0%	17,5%	15,0%
Taxa de Administração (% a.a):	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%
Taxa de Administração (% ao mês):	0,125%	0,125%	0,125%	0,125%
Rendimento (em %):	2,15%	4,53%	9,75%	28,58%
Rendimento (em R\$):	21,49	45,31	97,51	285,76
Patrimônio Total (em R\$):	1021,49	1045,31	1097,51	1285,76

* Poupança antiga: depósitos feitos até 03/05/2012, rentabilidade de 0,5% ao mês mais TR

* Nova poupança: Depósitos feitos a partir de 04/05/2012. Obedecendo as novas regras

* Investimento em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), títulos remunerados pela taxa Selic por meio de uma corretora que não cobre taxa de administração

Fonte: Exame, adaptado pelo autor, 2014a

Tabela 24- Comparação investimento renda fixa - R\$ 10.000,00

Parâmetros				
Tempo de Investimento (em meses):	6	12	24	60
Montante a ser Investido:	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Poupança antiga*				
Rentabilidade ao mês:	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%
Rendimento (em %):	3,04%	6,17%	12,72%	34,89%
Rendimento (em R\$):	303,78	616,78	1271,60	3488,50
Patrimônio Total (em R\$):	10303,78	10616,78	11271,60	13488,50
Nova poupança*				
Rentabilidade ao mês:	0,45%	0,45%	0,45%	0,45%
Rendimento (em %):	2,73%	5,54%	11,39%	30,95%
Rendimento (em R\$):	273,29	554,05	1138,80	3094,70
Patrimônio Total (em R\$):	10273,29	10554,05	11138,80	13094,70
(CDB)				
Rentabilidade Mensal (como % do CDI):	90%	90%	90%	90%
Alíquota de IR:	22,5%	20,0%	17,5%	15,0%
Rendimento (em %):	2,73%	5,74%	12,26%	35,19%
Rendimento (em R\$):	273,19	573,95	1226,24	3519,16
Patrimônio Total (em R\$):	10273,19	10573,95	11226,24	13519,16
Tesouro Direto*				
Rentabilidade Mensal:	0,64%	0,64%	0,64%	0,64%
Alíquota de IR:	22,5%	20,0%	17,5%	15,0%
Rendimento (em %):	2,92%	6,14%	13,16%	38,05%
Rendimento (em R\$):	292,04	614,28	1315,60	3804,50
Patrimônio Total (em R\$):	10292,04	10614,28	11315,60	13804,50
Fundos DI				
Rentabilidade Mensal (como % do CDI):	90%	90%	90%	90%
Alíquota de IR:	22,5%	20,0%	17,5%	15,0%
Taxa de Administração (% a.a):	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%
Taxa de Administração (% ao mês):	0,125%	0,125%	0,125%	0,125%
Rendimento (em %):	2,15%	4,53%	9,75%	28,58%
Rendimento (em R\$):	214,89	453,12	975,15	2857,57
Patrimônio Total (em R\$):	10214,89	10453,12	10975,15	12857,57

* Poupança antiga: depósitos feitos até 03/05/2012, rentabilidade de 0,5% ao mês mais TR

* Nova poupança: Depósitos feitos a partir de 04/05/2012. Obedecendo as novas regras

* Investimento em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), títulos remunerados pela taxa Selic por meio de uma corretora que não cobre taxa de administração

Fonte: Exame, adaptado pelo autor, 2014a

4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO

4.1 CONCLUSÃO

Um bom retorno é o que todos procuram ao fazer algum investimento. Normalmente quanto maior o retorno, melhor será o rendimento. O que alguns não levam em consideração é que, ao se tomar a decisão de investimentos, diversos fatores além do retorno devem ser levados em consideração, como riscos, custos, prazos, etc.

Antes de fazer qualquer investimento, o futuro investidor deve fazer uma análise do seu perfil, para verificar o quanto está disposto a correr de riscos, qual o retorno que deseja, o prazo do investimento, entre outros. Um investimento em desacordo com o seu perfil, gerará frustração no resgate do recurso, tendo em vista que, dependendo da aplicação realizada, o retorno poderá ser menor que o valor aplicado, ou seja, poderá ter perda do que aplicou.

O perfil do investidor é normalmente dividido em conservador, aquele que não está disposto a correr riscos e deseja manter seu patrimônio, estando disposto a ter rendimentos mais baixos; moderado, composto por pessoas dispostas a correr certos riscos, mas sem por em risco boa parte de seu patrimônio (nesse caso, a composição dos investimentos pode ser em maior parte de ativos e renda fixa e uma fatia menor em renda variável); e arriscado ou agressivo, aquele que está disposto a correr riscos para obter maiores retornos (normalmente investem mais em renda variável, como ações).

Além de se saber o perfil do investidor, o aplicador deve saber qual o objetivo ao fazer um investimento, ou seja, se deseja guardar para ter segurança, ou se deseja viajar, aplicar para compra de casa, casar, estudar, ou se deseja aplicar para obter rendimentos. Depois de percebido o objetivo, deve saber qual o prazo que está disposto a deixar o dinheiro aplicado.

Quando descoberto o perfil, os objetivos e os prazos, cabe ao futuro investidor analisar os investimentos disponíveis no mercado e qual aquele que se encaixa ao seu perfil. Dados como riscos (normalmente as instituições financeiras já apresentam a variação dos riscos de seus investimentos – baixo, médio, alto), rentabilidade (forma de remuneração – taxas, indexadores, índices, etc.), prazos, custos (taxas de administração, de performance, custódia, corretagem, impostos, etc.) devem ser analisados. Esses dados variam de instituição para instituição, cabendo ao investidor destacar as instituições que confia mais e comparar as variáveis destacadas anteriormente. Quanto menor os custos e taxas, melhor será o retorno (considerando nesse caso que as remunerações sejam iguais – taxas, índices, etc.) já que terá menos desconto dessas obrigações.

Os principais investimentos preferidos pelos brasileiros são a poupança, títulos de capitalização, ficando em menor número os investimentos em imóveis, CDB, fundos (desconsiderando os que deixam o dinheiro em conta corrente). Já os que aplicam em fundos também aplicam em um maior percentual em ações, CDBs, e previdências.

A ausência de aplicações em outros tipos de investimentos pode ser causada ou pela falta de informação, já que de acordo com as pesquisas apresentadas muitos têm pouco conhecimento sobre os investimentos (conhecimento maior em poupança) ou pela falta de planejamento ou recurso financeiro disponível, conforme apresentado no trabalho.

Apesar de o investimento principal ser em poupança, foi possível constatar que o maior montante das aplicações está presente nos fundos de investimentos. Talvez porque quem aplique em fundos sejam pessoas com maior conhecimento e maior disponibilidade financeira, podendo assim aplicar montantes maiores em outros investimentos.

Apesar da preferência pela poupança, foi percebido pelo estudo que existem outros investimentos que apresentam riscos semelhantes à poupança (CDB, títulos públicos, previdência), divergindo muitas vezes em prazos e alguns custos extras, como taxa de administração e imposto de renda. Esses investimentos, entretanto, possuem uma taxa pouca coisa superior à poupança atualmente (de acordo com tabela que apresenta comparação das taxas utilizadas para remuneração de investimentos). Investimentos atrelados a taxa Selic são favorecidos quando a taxa é maior. Existem alguns sites que fazem comparação dos investimentos de renda fixa. Caso o investidor queira saber se vale à pena trocar o investimento, existem calculadoras financeiras disponíveis que podem ser consultadas.

Os fundos de investimentos são outra forma de aplicação, geridos por pessoas com conhecimento do mercado. Caso o investidor queira diversificar o investimento, tenha pouco recurso para aplicar e não tenha conhecimento do mercado, os fundos de investimentos são uma boa forma de se aplicar. Eles podem ser principalmente de renda fixa, curto prazo, referenciados, multimercados e ações. Os fundos de ações apresentam rendimentos variáveis e são de alto risco, porém, conforme dito anteriormente, caso o investidor queira a diversificação, é uma boa alternativa, principalmente por ter a gestão e estratégia definidas por pessoas capacitadas.

Com o estudo, foi possível observar que investidores com pouco recurso para aplicar, mesmo que sejam considerados arrojados, terão mais dificuldade de obter bons retornos se aplicarem em rendas variáveis (ações, por exemplo) tendo em vista que os custos para aplicar em ações são altos se aplicado em baixa quantia. Além disso, ao se investir em ação é recomendado um conhecimento mais aprofundado no mercado financeiro, para acompanhar

as oscilações da bolsa e tomar as melhores decisões de compra e venda de ações. Deve-se estar atento às informações sobre o mercado financeiro. Informações sobre cotações, maiores altas, maiores baixas, análise de empresa, projeções, análises gráficas, riscos, entre outros, podem ser encontradas nas instituições financeiras e na Bolsa de valores, no site www.bmfbovespa.com.br.

Este estudo teve o objetivo de dar um apanhado geral sobre os investimentos, mostrando o que vem a ser cada investimento e as principais características, mostrando onde investir, quais impostos, rendimentos, taxas, etc. Apesar apresentar os principais investimentos, foram mais detalhados os investimentos com risco baixo a moderado, principalmente os de renda fixa, tendo em vista o perfil do investidor brasileiro e aquele com menos recursos para aplicar, que não podem ou não querem perder o valor investido.

Uma boa análise do perfil do investidor e dos melhores investimentos permite ao futuro investidor aplicar em algo que lhe dê retorno com os riscos que ele está disposto a correr. Isso faz com que não exista decepção com suas aplicações, uma vez que ele já sabe qual poderá ser o rendimento e qual será o risco para obter aquele retorno. Se o investidor deseja bons rendimentos, comumente eles estão vinculados a operações mais arriscadas, que podem gerar o que se almeja ou pode retornar valores inferiores. Se deseja segurança e liquidez, pode recorrer a aplicações menos arriscadas, que darão retorno garantido.

Diante disso, toda e qualquer decisão é cabida ao investidor, que deve ter ao menos noção do que deseja e o que está disposto a ganhar ou perder para, por fim, escolher o que lhe é mais adequado.

4.2 RECOMENDAÇÃO

Ao se fazer a pesquisa, foram encontrados dados divergentes entre um autor e outro, sendo selecionados alguns que apresentavam ideias similares. Caso deseje-se saber mais sobre os investimentos, recomendo selecionar o investimento almejado e fazer uma pesquisa mais aprofundada para obter maiores detalhes sobre o assunto. Também sugiro um estudo mais aprofundado sobre educação financeira, a fim de saber como gastar e poupar para posteriormente fazer suas aplicações.

REFERÊNCIAS

ADVFN. **Taxa de corretagem.** Disponível em: <<http://br.advfn.com/educacional/opcoes/taxa-de-corretagem>>. Acesso em 06/2014.

AGORA CORRETORA. **Fundos de investimentos.** Disponível em: <<https://www.agorainvest.com.br/investimentos/fundos-de-investimento.asp>> . Acesso em 06/2014.

ANBIMA. Classificação dos fundos. Disponível em: <<http://portal.anbima.com.br/fundos-de-investimento/classificacao-de-fundos/classificacao-anbima-de-fundos/Pages/classificacao.aspxd>> . Acesso em 06/2014a.

ANBIMA. Média taxa de administração. Disponível em: <<http://portal.anbima.com.br/informacoes-tecnicas/relatorios/fundos/taxa-de-administracao/Documents/201404.pdf>> . Acesso em 06/2014b.

ANBIMA. Radiografia do investidor brasileiro. Disponível em: <www.anbima.com.br/mostra.aspx/?id=1000001349>. Acesso em 06/2014c.

ANBIMA. Rentabilidade fundo de investimentos. Disponível em: <http://portal.anbima.com.br/informacoes-tecnicas/boletins/fundos-de-investimento/Documents/BoletimFI_201406.pdf>. Acesso em 06/2014d.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro.** 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

BANCO CENTRAL. **Indicadores econômicos consolidados.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acesso em 06/2014a.

BANCO CENTRAL. **Poupança.** Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/poupanca/poupanca.asp>>. Acesso em 05/2014b.

BANCO CENTRAL. **Taxa Selic.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SELICCONCEITO>>. Acesso em 05/2014c.

BANCO CENTRAL. **Fundos de investimentos.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?APLICACOESFAQ>>. Acesso em 05/2014d.

BANCO DO BRASIL. **Análise de perfil do investidor.** Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/page17,2011,2011,0,0,1,1.bb.>> Acesso em 05/2014.

BANCO DO BRASIL. **Orientando Investimentos Financeiros.** Brasília, 2007. [Apostila do curso interno para aprimoramento profissional do Banco do Brasil – Universidade Corporativa Banco do Brasil - UNIBB].

BM&FBOVESPA. **Cotação do ouro.** Disponível em: <<http://www2.bmf.com.br/pages/portal/bmfbovespa/boletim1/BoletimOnline1.asp?caminho=&pagetype=pop&Acao=BUSCA&cboMercadoria=OZ1>>. Acesso em 06/2014a.

BM&FBOVESPA. **Custos e tributos na bolsa.** Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/servicos/custos-e-tributos/custos-operacionais/acoes.aspx?Idioma=pt-br>>. Acesso em 06/2014b.

BM&FBOVESPA. **Indicadores financeiros.** Disponível em: <http://www.bmf.com.br/bmfbovespa/pages/boletim1/bd_manual/indicadoresFinanceiros1.aspx> . Acesso em 06/2014c.

BM&FBOVESPA. **Introdução ao Mercado de Capitais.** Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/a-bmfbovespa/download/merccap.pdf>>. Acesso em: jan/2013d.

BM&FBOVESPA. **Mercado de ouro: Como investir no mercado a vista.** Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/a-bmfbovespa/download/Folheto-Ouro.pdf>> . Acesso em 04/2014e.

BM&FBOVESPA. **Mercado a termo.** Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/acoes/formas-de-negociacao/mercado-a-termo/mercado-a-termo.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em 06/2014f.

BM&FBOVESPA. **Mercado de opções.** Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/educacional/cursos/curso-basico/fra_cur_opcoes.htm>. Acesso em 06/2014g.

BM&FBOVESPA. **Tesouro Direto.** Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/outros-titulos/tesouro-direto/tesouro-direto.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em 06/2014h.

BRADERCO. **Análise de perfil do investidor.** Disponível em: <<http://www.braderco.com.br/html/classic/produtos-servicos/investimentos/analise-do-perfil-do-investidor.shtm>>. Acesso em 05/2014.

BRASIL. **Investidor pode antecipar resgate em Certificado de Depósito Bancário (CDB) sem prejuízo.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/04/investidor-pode-antecipar-resgate-em-certificado-de-deposito-Bancario-CDB-sem-prejuizo>> . Acesos em 05/2014.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Perfil do investidor.** Disponível em: <http://www11.caixa.gov.br/portal/public/investidor/investidor/invista/perfil_do_investidor>. Acesso em 05/2014.

CVM. **Mercado de balcão.** Cadernos CVM. Disponível em: <www.cvm.gov.br/port/protinvcaderno7-05.pdf>. Acesso em 05/2014.

COMO INVESTIR. **Análise de perfil do investidor.** Disponível em: <<http://www.comoinvestir.com.br/boletins-e-publicacoes/boletim-como-investir/Paginas/Voc%C3%AAconheceoseuladoinvestidor.aspx>>. Acesso em 04/2014a.

COMO INVESTIR. **Conhece-te a ti mesmo, e faça bons investimentos!** Disponível em: <<http://www.comoinvestir.com.br/boletins-e-publicacoes/boletim-como-investir/Paginas/Conheceteatimesmoefacabonsinvestimentos.aspx>> . Acesso em 04/2014b.

COMO INVESTIR. **Conheça as opções de investimento em renda fixa.** Disponível em: <<http://www.comoinvestir.com.br/boletins-e-publicacoes/boletim-como-investir/Paginas/Conhecaasopcoesdeinvestimentoemrendafixa.aspx>> . Acesso em 04/2014c.

COMO INVESTIR. **Indexadores.** Disponível em: <<http://www.comoinvestir.com.br/titulos-publicos/guia-de-titulos-publicos/principais-indexadores/paginas/default.aspx>> . Acesso em 04/2014d.

EXAME. **Calculadora financeira.** Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/ferramentas/comparativo-de-rentabilidades/>>. Acesso em 06/2014a.

EXAME. **Ranking de fundos varejo.** Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mercados/ranking-de-fundos/varejo>>. Acesso em 06/2014b.

FERREIRA, Vera Rita de Mello. **A Cabeça do Investidor - conhecendo suas emoções para investir melhor.** Ed. Évora, 2011.

FINANÇAS ECONÔMICAS. **O que é o DI / Taxa CDI / Taxa de Juros?** Disponível em: <<http://financaseconomicas.blogspot.com.br/2009/08/o-que-e-o-di-taxa-cdi-taxa-de-juros.html>>. Acesso em 04/2014.

FINEP. **TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.** Disponível em: <http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=numeros_tjlp.>. Acesso em 05/2014.

FOLHA. **Rentabilidade dos principais fundos.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/04/1310650-confira-a-rentabilidade-dos-principais-fundos-de-investimentos.shtml>> . Acesso em 05/2014.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro: produtos e serviços.** 17ª edição. Rio de Janeiro (RJ): Qualitymark, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo (SP): Atlas, 1991.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de administração financeira.** 10ª Edição. São Paulo: Addison Wesley, 2004.

HALPERN, Mauro. **Gestão de investimentos: produtos, perfil e riscos.** São Paulo: Editora Saint Paul Institute of Finance, 2003. 238p.

IBRE. **Indicadores econômicos.** Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880811D8E34B9011D92B6F9D30FAE>>. Acesso em 06/2014.

INFOMONEY. **LCI - letras de crédito imobiliário.** Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/onde-investir/noticia/635110/lci-conheca-mais-sobre-investimento-letras-credito-imobiliario>> . Acesso em: 05/2014.

ITAU ASSET MANAGEMENT. Taxa de administração. Disponível em: <<http://www.itauassetmanagement.com.br/asset/saiba-mais/conhecimento/entenda-a-taxa-de-administracao-e-performance/index.html>>. Acesso em 06/2014.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2000.

PETERSON, Richard L. **Desvendando a mente do investidor: o domínio da mente sobre o dinheiro**. Rio de Janeiro (RJ): Elsevier, 2008.

PORTAL BRASIL. **CDI**. Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/indices_cdi.htm>. Acesso em 06/2014.

PORTAL BRASIL. **Poupança: novas regras**. Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/2012/economia/poupanca_novasregras.htm>. Acesso em 05/2014.

PORTAL DE FINANÇAS. **Índices e indicadores**. Disponível em: <http://portaldefinancas.com/ipam_completo.htm>. Acesso em 06/2014.

PORTAL DO INVESTIDOR. **Taxas e custos**. Disponível em: <http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/funcionamento_mercado/taxas_custos.html>. Acesso em junho/2014.

ROLDAN, Vivianne Pereira Salas; ROCHA, Ricardo Eleutério Rocha. **“O investidor brasileiro é conservador: uma pesquisa com os Docentes do Centro Ciências Administrativa da Universidade de Fortaleza”**, 2004.

SANDRINI, João. EXAME. **5 investimentos isentos de imposto de renda**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/noticias/cinco-investimentos-isentos-de-imposto-de-renda?p=3#3>>. Acesso em 04/2014.

SANTANDER. Perfil do investidor. Disponível em: <http://www.santander.com.br/portal/gsb/gcm/package/asset_management/suitability_49179.zip/home.htm>. Acesso em 05/2014.

SOUZA, Agnaldo I., Hardagh, Claudia C., Pereira, Simone R. **Metodologia da Pesquisa e científica e jurídica**. Texto elaborado para o material da 1ª aula da Disciplina Gestão do Conhecimento ministrada no Curso TeleVirtual em MBA Gestão de Projetos – AnhangueraUniderp/Rede LFG. 2011.

SUSEP. **Planos por sobrevivência pgbl e vgbl**. Disponível em: <<http://www.susep.gov.br/setores-susep/seger/coate/perguntas-mais-frequentes-sobre-planos-por-sobrevivencia-pgbl-e-vgbl>>. Acesso em 06/2014;

YAZBEK, Priscila. Exame - **Para quem é indicado o investimento em ouro**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/noticias/para-quem-e-indicado-o-investimento-em-ouro?page=2>>. Acesso em 06/2014.

YINVESTIMENTOS. **Letras hipotecárias**. Disponível em: <<http://ynvestimentos.com.br/2013/11/letras-hipotecarias/>>. Acesso em 06/2014.

XPI. Descubra melhor mix para seu perfil investidor. Disponível em: <
<http://www.xpi.com.br/assessoria/sugestao-rapida-de-carteira.aspx>>. Acesso em 06/2014.

ANEXO I

Questionário perfil do investidor – API Banco do Brasil (2007)

<p>1-Qual a sua idade?</p> <p>a) Abaixo de 25 anos. b) De 25 a 40 anos. c) De 41 a 55 anos. d) Acima de 56 anos.</p> <p>2-Quantas pessoas dependem de você financeiramente?</p> <p>a) Nenhuma. b) Um dependente. c) Dois dependentes. d) Três ou mais.</p> <p>3-Seus investimentos representam que percentual do total de seu patrimônio?</p> <p>a) Até 25%. b) Entre 26% e 50%. c) Entre 51% e 75%. d) Mais de 75%.</p> <p>4- Qual o prazo disponível para as suas aplicações?</p> <p>a) Indefinidamente, pois não tenho planos para sua utilização. b) No máximo 5 anos. c) No máximo 2 anos. d) No máximo 1 ano.</p> <p>5-Qual o principal objetivo de seus investimentos?</p> <p>a) Obter rentabilidade superior à proporcionada por investimentos tradicionais de renda fixa, mesmo assumindo risco de possíveis perdas. b) Diversificar seus investimentos. c) Formar uma poupança para utilização futura. d) Preservar seu patrimônio.</p>	<p>6-Qual a sua melhor referência de rentabilidade?</p> <p>a) Índices das Bolsas de Valores. b) Dólar. c) CDI. d) Poupança.</p> <p>7- Quais são as aplicações financeiras em que você tem maior experiência:</p> <p>a) Fundos de Ações, Ações ou derivativos. b) Fundos Múltiplos ou cambiais e demais fundos de renda Fixa. c) CDB, poupança e fundos DI. d) Não tenho experiência.</p> <p>8- Qual sua opinião em relação a seguros?</p> <p>a) Não compra. b) Somente compra quando é extremamente necessário, não faz mal correr risco. c) Compra conforme a necessidade, afinal nem sempre o risco é grande. d) Sempre contrata, segurança nunca é demais.</p> <p>9- Você já investiu em ações ou fundo de ações?</p> <p>a) Sim, pois investimentos de risco me atraem muito. b) Sim, mas com muito receio. c) Não, mas poderia investir num momento oportuno. d) Não, e não pretendo investir nunca, pois não me agrada a ideia de estar sujeito a rentabilidade negativa.</p> <p>10- Caso sua aplicação tenha perda no curto prazo, qual seria o percentual de perda aceitável?</p> <p>a) Acima de 15%. b) Até 15%. c) Até 5%. d) Não aceitaria perda.</p> <p>Pontuação a = 3 – Arrojado b = 2 – Moderado c = 1 – Conservador d = 0 – Muito Conservador</p> <p>Resultado Abaixo de 14 Conservador De 15 até 21 Moderado Acima 22 Arrojado</p>
---	--